



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



Processo nº: 23.880/14
Apenso nº: 480.000.169/14 (4 volumes e 1 anexo)
Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF
Assunto: Tomada de Contas Especial – TCE
Órgão Técnico: Secretaria de Contas – SECONT
MP: Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Advogado: Dr. Walter José Faiad de Moura (OAB/DF nº 17.390)
Sessão: Pauta nº 47, S.O. nº 5053, de 12.7.2018
Publicação: DODF nº 129, de 10.7.2018, pág. 26/27

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar eventuais prejuízos decorrentes da ausência de prestação de contas dos recursos repassados pelo Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde do DF, ao Município de Águas Lindas de Goiás, visando à reforma e ampliação para adequação da estrutura física do Hospital Municipal Bom Jesus (**Convênio nº 010/2009-SES/DF**) e o custeio de capacitação de pessoal, contratação de serviços, aquisição de material de consumo, equipamentos e material permanente necessário ao atendimento do Hospital Municipal de Águas Lindas de Goiás (**Convênio nº 011/2009-SES/DF**).

O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas especiais.

NO TRIBUNAL, foi determinada a citação dos responsáveis (Decisão nº 6.342/16-CPM). Apresentação de alegações de defesa.

PARECERES DIVERGENTES.

A Instrução sugere a procedência de uma resposta e a improcedência das demais, com o julgamento irregular das contas, imputação de débito e aplicação de multa.

O **Parquet** especializado opina pela improcedência de todas as defesas, pela imputação solidária do débito e por deliberação acerca da aplicação de multa e da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública do Distrito Federal.

Sustentação oral realizada pelo representante legal do Sr.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



José Humberto Pires de Araújo na Sessão de 26.4.2018.

VOTO pela procedência de duas defesas, pela procedência parcial de outra, com imputação de débito e aplicação de multas, e pela emissão de recomendação à Secretaria de Estado das Cidades, à Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais e à Controladoria-Geral do DF.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar eventuais prejuízos decorrentes da ausência de prestação de contas dos recursos repassados pelo Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde do DF, ao Município de Águas Lindas de Goiás.

2. Foram firmados os seguintes convênios com o referido município:

a) **Convênio nº 010/2009-SES/DF** (fls. 50/57 do processo apenso), no valor de R\$ 500.000,00, celebrado em **2.4.2009**¹, tendo por objeto a reforma e ampliação, para adequação da estrutura física do Hospital Municipal Bom Jesus, com vigência de 12 (doze) meses (**16.4.2009 a 17.4.2010**).

O Distrito Federal repassou, em **13.5.2009**, o montante de **R\$ 500.000,00** (valor original), fl. 74 do processo apenso.

b) **Convênio nº 011/2009-SES/DF** (fls. 269/277 do processo apenso), no valor de R\$ 12.000.000,00 celebrado em **2.4.2009**², tendo por objeto o custeio para a capacitação de pessoal, contratação de serviços, aquisição de material de consumo, equipamentos e material permanente, necessários ao atendimento do Hospital Municipal de Águas Lindas de Goiás, com vigência de 12 (doze) meses (**16.4.2009 a 17.4.2010**).

¹ DODF de 16.4.2009, Seção 3, pág. 48.

² DODF de 16.4.2009, Seção 3, pág. 49.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



O Distrito Federal repassou³ o montante total de **R\$ 7.652.894,37** (valor original), fls. 204/211 do processo apenso.

3. Efetuadas as apurações devidas, a Comissão Tomadora elaborou o Relatório de Conclusão de TCE nº 28/2015-DIEXE/COEXE/SUTCE (fls. 730/736 do processo apenso) e apontou o prejuízo de R\$ **8.152.894,30** (valor original), pelo qual responsabilizou:

- o Município de Águas Lindas de Goiás – GO e os Srs. Geraldo Messias Queiroz e Osmarildo Alves de Souza (prefeito do Município e seu sucessor à época);
- os Srs. Augusto Silveira de Carvalho e José Humberto Pires de Araújo (membros do Comitê Gestor responsável pela fiscalização dos convênios).

4. O Controle Interno atestou a irregularidade das contas, conforme Certificado de Auditoria nº 001/2015-DISED/CONAS/SUBCI/CGDF (fl. 821 do processo apenso).

5. O Tribunal, na Sessão de 13.12.2016, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 6.342/16 (fl. 102), **in verbis**:

DECISÃO Nº 6.342/16 (CPM)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, com o qual concorda a Revisora, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, decidiu: I – tomar conhecimento da Tomada de Contas Especial objeto do Processo nº 480.000.169/14; II – autorizar, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94, a citação do: a) do Município e do responsável nominados no parágrafo 28 do relatório/voto do Relator para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de defesa ou recolham, solidariamente, o montante de R\$ 22.164.238,37 (atualizado até 23.3.2016, fl. 25), em virtude da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por meio dos Convênios nºs 010/2009-SES/DF e 011/2009-SES/DF, ante a possibilidade de julgamento irregular de suas contas e da aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública do Distrito Federal, conforme do art. 17, inciso III, alínea “a” e art. 60 da Lei Complementar nº 1/94; b) dos responsáveis nominados no parágrafo 35 do relatório/voto do Relator para

³ Nas datas de 13.5.2009 (R\$ 1 milhão), 17.6.2009 (R\$ 1 milhão), 16.7.2009 (R\$ 1 milhão), 26.8.2009 (R\$ 1 milhão), 5.11.2009 (R\$ 1 milhão), 19.1.2010 (R\$ 1.652.894,37) e 2.2.2010 (R\$ 1 milhão).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de defesa ou recolham, solidariamente com o Município e o responsável indicados na alínea “a”, o montante de R\$ 15.316.491,63 (atualizado até 23.3.2016, fl. 25), em virtude da ausência de fiscalização da execução dos Convênios nºs 010/2009-SES/DF e 011/2009-SES/DF, bem como da liberação de valores subsequentes sem que fossem apresentadas pelo Município as prestações de contas trimestrais exigidas, ante a possibilidade de julgamento irregular de suas contas e da aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública do Distrito Federal, conforme art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c” e art. 60 da Lei Complementar nº 1/94; c) do responsável nominado no parágrafo 37 do relatório/voto do Relator para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente razões de defesa ou recolha, solidariamente com o Município e o responsável indicados na alínea “a”, o montante de R\$ 6.847.746,74 (atualizado até 23.3.2016, fl. 25), em virtude da ausência de fiscalização da execução dos Convênios nºs 010/2009-SES/DF e 011/2009-SES/DF, bem como da liberação de valores subsequentes sem que fossem apresentadas pelo Município as prestações de contas trimestrais exigidas, ante a possibilidade de julgamento irregular de suas contas e da aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública do Distrito Federal, conforme do art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c” e art. 60 da Lei Complementar nº 1/94; III – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão aos responsáveis indicados no inciso II, para subsidiar o cumprimento da diligência; b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para a adoção das providências pertinentes.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE. Votaram a Conselheira ANILCEIA MACHADO e os Conselheiros INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCD/DF Procurador-Geral em exercício DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente o Senhor Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA.” (grifei)

6. Devidamente comunicados, os Srs. Augusto Silveira de Carvalho, José Humberto Pires de Araújo e o Município de Águas Lindas de Goiás apresentaram, respectivamente, as alegações de defesa de fls. 157/175, 178/228 e 233/278.

7. Os Srs. Joaquim Carlos da Silva de Barros Neto e Geraldo Messias Queiroz mantiveram-se inertes.



MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

8. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 183/2017 – SECONT/2ªDICONT (fls. 285/314), de 7.11.2017, analisa a matéria nos termos seguintes:

“DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA

DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA DO SENHOR AUGUSTO SILVEIRA DE CARVALHO, SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE À ÉPOCA³ (fls. 157-175).

6. Após extenso arrazoado, discorreu sobre o Inquérito nº 4.073 (Convênios nºs 10 e 11/2009 – SES/DF), oportunidade em que foi verificada, pela Procuradora-Geral do MPF, e posteriormente reconhecida pelo STF, a impossibilidade de estabelecer “vínculo concreto entre Augusto Carvalho e as supostas ilicitudes perpetradas, pois sua atuação, em princípio, deu-se em fase anterior àquela na qual as ilicitudes tiveram lugar” (fls. 157-162).

7. Destacou que a regularidade dos termos dos Convênios nºs 010 e 011/2009-SES/DF foi examinada no Processo nº 24.836/2012, que, por meio da Decisão nº 5.712/2014, tomou conhecimento dos esclarecimentos do defendente e considerou atendida a Decisão nº 2.140/2013⁴, mas prejudicado o cumprimento da Decisão nº 5.786/2013⁵ (fl. 162).

8. Ainda sobre o Processo nº 24.836/2012 (Decisão nº 1.993/2015), acrescentou que foi considerado improvido o recurso do MPJTCDF, o que, a seu ver, demonstrou a não responsabilização deste defendente quanto à ausência de prestação de contas e de

³ Signatário dos Convênios nº 010/2009-SES/DF (fls. 50-57* e anexo de fls. 58-64*) e nº 011/2009-SES/DF (fls. 269-277* e anexo de fls. 278-287*). Membro do Comitê Gestor instituído pela Portaria nº 163, de 12 de agosto de 2009, fls. 85-86*, responsabilizado pela ausência de fiscalização na execução dos convênios em tela, não assegurando, assim, o fiel cumprimento do que foi pactuado. Convênio nº 010/2009-SES/DF e 1ª/2ª/3ª/4ª/5ª parcelas do Convênio nº 011/2009-SES/DF.

⁴ “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. conhecer do Ofício nº 114/13-GAB/SES e anexos; II. considerar não atendido o Item II da Decisão nº. 6071/2012; III. determinar à SES/DF que: a) proceda à imediata instauração de sindicância, nos termos do art. 214 da Lei Complementar nº 840/2011, para apuração de responsabilidades pelo desaparecimento dos Processos nºs 363.000.203/2009 e 060.011.043/2009 (referentes ao Convênio nº 11/2009) e 363.000.202/2009 (referente ao Convênio nº 10/2009); b) adote medidas para a localização dos referidos autos; c) encaminhe ao Tribunal, no prazo de trinta dias, os resultados das medidas referentes aos itens III.a e III.b supra; IV. autorizar a devolução dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os fins pertinentes.”

⁵ “O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, com o acréscimo de alerta inserido em acolhimento a voto da Conselheira ANILCÉIA MACHADO, decidiu: I. tomar conhecimento da instrução e da documentação de fls. 199/210; II. ratificar o não cumprimento do item II da Decisão nº 6.071/2012 e considerar não cumprido o Item III da Decisão nº 2.140/2013; III. reiterar os termos contidos nos dispositivos consignados no item anterior, sob pena da multa prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar nº 1/94; IV. autorizar a devolução dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os fins pertinentes (...).”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



fiscalização do acompanhamento dos aludidos ajustes (fl. 163).

9. Registrou que foi exonerado do cargo de Secretário em 23.11.2009, motivo pelo qual não se pode atribuir a si a responsabilidade pelo acompanhamento da execução dos convênios em exame, assinados em abril do mesmo ano (fls. 163-164).

10. Explicou que o Comitê Gestor contava com servidores com formações específicas, com o intuito de retirar dos Secretários a responsabilidade de acompanhar rotinas de fiscalização. No entanto, ao se saber do pedido de desligamento de alguns membros, providências urgentes foram tomadas, tais como a auditoria realizada pela SES/DF à época (fls. 164-167).

11. Enfatizou os arts. 19 e 26 da Instrução Normativa nº 01/2005, esclarecendo que o Convênio nº 010/2009-SES/DF foi objeto de apenas um repasse (R\$ 500.000,00, em 13.05.2009). Nesse sentido, em conformidade com a Cláusula Sétima do respectivo convênio, a prestação de contas deveria ser apresentada até o prazo final da vigência do instrumento (abril de 2010), o que demonstra inadequação da afirmação de que houve irregularidade na sua gestão (fls. 167-169).

12. Destacou, outrossim, que, até a presente data, oito anos se passaram desde a sua saída do comando da SES/DF, e, ainda assim, não houve a prestação de contas do Convênio nº 010/2009-SES/DF, o que evidencia a impossibilidade de se atribuir o prejuízo quantificado a sua pessoa (fl. 170).

13. Quanto ao Convênio nº 011/2009-SES/DF, arrematou que na sua gestão foram repassados valores na ordem de R\$ 5.000.000,00 e que os prazos previstos para o envio e exame da primeira prestação de contas trimestral foram observados. Ademais, foi solicitada auditoria sobre o repasse das parcelas 1ª a 3ª, informando que as 4ª e 5ª foram pagas pelo fato de o exame da prestação de contas das primeiras parcelas não ter sido concluído. Nesses termos, refutou as observações de que houve, em sua gestão, ausência de providências quanto à fiscalização dos recursos (fls. 170-172).

14. Realçou que a segunda e terceira prestações de contas parciais (relativas às parcelas 5ª a 9ª)⁶, bem como as prestações de contas finais de ambos os ajustes, ficaram a cargo da gestão sucessora (fl. 172).

15. Informou que, constatadas as impropriedades, o Relatório de Auditoria foi encaminhado à Prefeitura de Águas Lindas, com vistas ao saneamento das falhas, sob risco de retenção dos repasses, caso as medidas saneadoras apontadas pelo Comitê Gestor não

⁶ Porém, cabe ressaltar que o Convênio nº 011/2009-SES/DF foi objeto de apenas **07 parcelas**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



fossem acolhidas (fl. 173).

16. Salientou a impossibilidade legal de se atribuir qualquer responsabilidade a si quanto à prestação de contas final, vez que essa deveria ser entregue até sessenta dias após o término da vigência do convênio em tela (16.04.2010), prazo posterior à sua saída do cargo de titular da Pasta (fls. 173-174).

17. Enfatizou que, em nenhum momento, indicaram-se fatos, ações ou omissões capazes de demonstrar, ainda que de forma indiciária, a existência de dolo por parte desse defendente, que justificasse o seu dever de ressarcimento ao erário (fl. 175).

18. Requereu o conhecimento de sua defesa, para, no mérito, considerá-la suficiente para a exclusão de sua responsabilidade pela possível irregularidade na fiscalização, bem como pela ausência de prestação de contas dos Convênios nº 010 e 011/2009-SES/DF (fl. 175).

ANÁLISE

19. A princípio, cumpre esclarecer que a finalidade do Processo nº 24.836/2012 era levantar informações sobre a execução dos Convênios nºs 010 e 011/2009-SES/DF, por meio de diligência, bem como determinar providências, pela SES/DF, no sentido de analisar a prestação de contas, encaminhando para o Tribunal o relatório final.

20. Ao final do aludido processo, foi verificado que, por meio da Ordem de Serviço nº 37, de 07.08.2014, a então Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF procedeu a abertura de Tomada de Contas Especial, o que ocasionou o encerramento dos respectivos autos e o posterior arquivamento.

21. Portanto, o encerramento do Processo nº 24.836/2012 não foi devido à regularidade dos procedimentos nele analisados, mas pela verificação de que, no convênio em tela, os atos causaram prejuízo ao erário, ensejando a necessidade de apuração dos fatos, quantificação do dano e identificação dos responsáveis.

22. Ao seu turno, impende aclarar ao defendente que o recurso do MPJTCD/DF que foi improvido nos termos da Decisão nº 1.993/2015 apenas solicitou a reforma do item que indeferiu a medida cautelar de declaração da indisponibilidade de bens e promoção do arresto dos envolvidos, não atestando, por sua vez, a correção de suas ações perante as irregularidades levantadas.

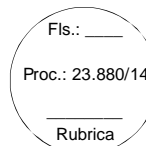
23. Outrossim, necessário registrar que, em que pese a Informação nº 117/2016 – SECONT/2ª DICONTE ter sugerido a solidariedade do então gestor no débito integral, a Decisão nº 6.342/2016 (fls. 102-102v), em consonância com o voto do Conselheiro Relator⁴⁷,

⁷ Fl. 91-91v:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



somente atribuiu ao Sr. Augusto Silveira de Carvalho os valores repassados até 23.11.2009.

24. Nesse sentido, o defendente foi responsabilizado pelo montante dispendido enquanto o mesmo era membro e presidente do Comitê Gestor, quais sejam, os pagamentos referentes ao Convênio nº 010/2009-SES/DF e as **1ª/2ª/3ª/4ª/5ª parcelas** do Convênio nº 011/2009-SES/DF.

25. Com relação ao Comitê Gestor, colacionaram-se aos autos informações de que os Srs. Cláudio Ferreira Campos Vieira e José Garcia Ribeiro Júnior (fls. 694-698*) tentaram se inteirar dos problemas do convênio em pauta, mas não foram completamente atendidos em seus pleitos. Assim, às fls. 691-692*, 699* e 718-721*, constam solicitações de ambos para dispensa de participação do aludido comitê.

26. Ainda, verificou-se que o Comitê Gestor só foi designado, pelo Sr. Augusto Carvalho, em **12.08.2009** (fls. 85-86*), situação que, a nosso ver, causa estranheza⁸, uma vez que o referido comitê deveria fiscalizar o convênio, inclusive analisar a prestação de contas **trimestral** a ser feita pela conveniente. Nesse período, já haviam sido liberadas a parcela única referente ao Convênio nº 010/2009-SES/DF (**13.05.2009**) e três parcelas referentes ao Convênio nº 011/2009-SES/DF (**13.05.2009** - 1ª parcela; **17.06.2009** – 2ª parcela; **16.07.2009** – 3ª parcela), fls. 204-206*).

27. Ademais disso, constata-se que não há nenhum documento, nos autos, que evidencie o acompanhamento e a fiscalização por parte do Comitê Gestor, o que indica clara negligência por parte dos responsáveis.

28. Por seu turno, a despeito das alegações objeto do § 15 desta Informação, o Relatório de Auditoria encaminhado à Prefeitura de Águas Lindas, com vistas às medidas saneadoras apontadas pelo Comitê Gestor, não foi acostado aos presentes autos, de forma que nada podemos verificar a esse respeito.

³⁵ Quanto aos Srs. **Augusto Silveira de Carvalho** e **José Humberto Pires de Araújo** não há evidências de que os gestores, como **membros titulares do Comitê Gestor responsável pela fiscalização dos convênios**, tenham adotado medidas com a finalidade de exigir do Município as prestações de contas trimestrais não apresentadas ou de promover a **retenção dos repasses** até que fossem prestadas. Tal omissão contribuiu para majorar o valor do prejuízo apurado, razão pela qual correta a proposição de citá-los, em observância aos princípios do **contraditório e da ampla defesa**.

36. Faz-se necessário, entretanto, pequeno ajuste na citação. A Instrução não considerou o fato de que os gestores foram exonerados dos cargos de Secretário de Estado de Saúde e de Governo em **23.11.2009**⁷ e **2.12.2009**⁷, respectivamente. Corrigida esta impropriedade, a responsabilidade dos ex-Secretários **se restringe ao montante transferido até as referidas datas, ou seja, R\$ 5,5 milhões**⁷.

37. Pelo mesmo motivo, torna-se imprescindível a citação do Sr. **Joaquim Carlos da Silva de Barros Neto** (Secretário de Estado de Saúde, no período de 10.12.2009 a 9.6.2010), pois em sua gestão foram repassados mais **R\$ 2,65 milhões**⁷ ao Município de Águas Lindas de Goiás, mesmo sem as devidas prestações de contas trimestrais anteriores.”

⁸ Os Convênios nº 010 e 011/2009-SES/DF foram celebrados em **02.04.2009** (fls. 50-57* e anexo de fls. 58-64* e fls. 269-277* e anexo de fls. 278-287*, respectivamente).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



29. Repisa-se, portanto, que os dirigentes, à época, na qualidade de membros do Comitê Gestor, não se apropriaram das salvaguardas necessárias que a situação exigia. Ao contrário, verificou-se total descaso quanto ao dever de atesto ao bom e regular uso dos recursos públicos, restando claro que a competência do cargo/função desempenhada pelas então autoridades não foi exercida no momento adequado.

30. Nesses termos, somos por que a presente defesa seja considerada **improcedente**.

31. Contudo, há que se realçar o recente entendimento firmado no Processo nº 19.943/2011, em que o Conselheiro-Relator, ao analisar os argumentos apresentados em sede de defesa dos responsáveis, assim se manifestou:

“(…)

48. Neste momento, vale destacar que diversos processos semelhantes tramitaram nesta Corte – a exemplo do Processo nº 39.322/08 – e que, **mesmo tendo ocorrida a liberação simultânea de parcelas em diversos convênios, o Tribunal em nenhum caso imputou aos servidores distritais qualquer montante referente ao débito apurado.**

49. Diante de todo o exposto, **conclui-se que os três responsáveis praticaram conjunta ou isoladamente atos com grave infração à norma legal ou regulamentar, razão pela qual são merecedores da aplicação de multa pela Corte, nos termos do art. 57, II, da Lei Orgânica desta Corte.** Adotando o mesmo raciocínio, não se afigura razoável a imputação de débito no montante de R\$ 950.868,30 (novecentos e cinquenta mil, oitocentos e sessenta e oito reais e trinta centavos), conforme sugerem os Pareceres.

{...}” (Grifamos)

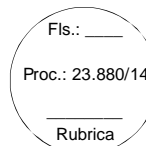
32. Nesse espeque, por unanimidade, na Sessão Ordinária nº 4984, de 12.09.2017, o Plenário deliberou da seguinte forma (Decisão nº 4.421/2017, fl. 284):

“O Tribunal, **por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:** I – tomar conhecimento das alegações de defesa apresentadas: a) pelos Srs. Paulo César Carvalho Olivieri (fls. 93/129), Jaime Divino Alarcão (fls. 167/207) e José Humberto Pires de Araújo (fls. 208/236) para, no mérito, considerá-las parcialmente procedentes; b) pela Prefeitura Municipal de Águas Lindas de Goiás (fls. 137/157) para, no mérito, considerá-las improcedentes; II – considerar, com fulcro no artigo 13, § 3º, da Lei Complementar nº 1/94, o Sr. José Pereira Soares revel por não ter atendido ao chamado da Corte (Decisão nº 2.546/16); III – cientificar, com fulcro no artigo 13, § 1º, da Lei Complementar nº 1/94, a Prefeitura



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



Municipal de Águas Lindas de Goiás e o Sr. José Pereira Soares para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolham, solidariamente o débito de R\$ 1.924.509,88 (valor em 2017), que deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos da Lei Complementar nº 435/01; IV – aplicar, com fulcro no inciso II do art. 57 da Lei Complementar nº 1/94, aos Srs. Paulo César Carvalho Olivieri, Jaime Divino Alarcão e José Humberto Pires de Araújo, em razão da grave infração à norma legal e regulamentar verificada na execução do Convênio nº 003/07, a multa individual de R\$ 10.000,00 (dez mil reais); V – aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; VI – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências cabíveis.” (Grifamos)

33. Nesse contexto, temos que se deva aplicar igual inteligência, isentando os então gestores públicos da solidariedade imputada, mas, em virtude dos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar, deliberando a respeito da aplicação de multa, nos termos do art. 57, II, da Lei Orgânica desta Corte.

DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA DO SENHOR JOSÉ HUMBERTO PIRES DE ARAÚJO, SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO À ÉPOCA⁹ (fls. 178-197 e anexo de fls. 198-228)

34. Após sucinto relato, aduziu que se deve aplicar corretamente os termos da IN nº 01/2005-CGDF, no sentido de reconhecer que a competência do Comitê Gestor deve ser precedida pela responsabilidade da SES/DF em adotar medidas consonantes com a legislação. Ao contrário, enfatizou que a inércia da mencionada Secretaria o impediu até mesmo de tomar conhecimento das irregularidades apuradas nos convênios (fls. 178-179).

35. Esclareceu que a hipótese de sua responsabilidade se apoiou em cláusulas contratuais que previam a competência genérica do Comitê Gestor na fiscalização e execução do pacto. A esse sentir, alegou que foram desconsiderados detalhes importantíssimos que mudariam os rumos das conclusões dos documentos instrutórios, dentre eles, o fato de a unidade concedente e ordenadora de despesa ser a SES/DF, tendo, por isso, a obrigação precedente de fiscalizar as prestações de contas apresentadas (fls. 179-180).

36. Destacou que deve ser considerado um rol expressivo de irregularidades administrativas não mencionadas pela Comissão de TCE, bem como pela peça inicial do Controle Externo. Nesse sentido, aludiu que este Corpo Instrutivo apurou sua responsabilidade sem conhecer os atos praticados nos autos que acompanhavam os Convênios nºs 010 e 011/2009-SES/DF

⁹ Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal e membro do Comitê Gestor, que deveria fiscalizar os Convênios nº 010 e 011/2009-SES/DF, bem como analisar a prestação de contas trimestral. Ausência de exercício dessas atribuições, não assegurando, assim, o fiel cumprimento do que foi pactuado. Convênio nº 010/2009-SES/DF e 1ª/2ª/3ª/4ª/5ª parcelas do Convênio nº 011/2009-SES/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



(respectivamente, Processos n°s 363.000.202/2009 e 363.000.203/2009), mas por meio do Processo n° 480.000.169/2014, que é uma verdadeira colcha de retalhos (fls. 181-182).

37. Pontuou que o Convênio n° 010/2009-SES/DF tramitou por uma única vez na SEG/DF, oportunidade em que determinou expressamente que houvesse o pleno respeito às normas de controle e programação. Porém, afirmou que, a despeito das liberações dos recursos financeiros, em nenhum momento o Comitê Gestor foi instado a se manifestar, o que demonstra que a SES/DF se assenhorou dos processos vinculados aos convênios em tela (fls. 182-183).

38. Relatou os “apagões”¹⁰ nos Processos n°s 363.000.202/2009 e 363.000.203/2009, bem como a ocorrência de extravio de parte de suas páginas no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde, motivo pelo qual refuta as constatações de que agiu com “clara negligência” no acompanhamento e fiscalização dos convênios, restando infundada a imputação de sua responsabilidade (fls. 183-184).

39. Repisou o ponto de vista de que a criação de um Comitê Gestor não excluiu a obrigação legal precedente da SES/DF de instruir os processos dos convênios, cobrar suas prestações de contas, analisá-las e, somente depois, encaminhar os feitos para o referido comitê, o que não foi feito. Assim, sob o fulcro do art. 31 da IN n° 01/2005-CGDF, reafirmou que deva esse defendente ser excluído do rol deste processo (fls. 184-185).

40. Discorreu sobre a falta de estrutura administrativa do órgão concedente, o que fez os processos não tramitarem de forma regular, fato somente observado na Representação n° 38/2012-CF (fls. 353-356*). Ainda, realçou documento da própria SES/DF em que reconhece “a inexistência de setor (...) que trate da análise para aprovação da Prestação de Contas de convênios”. Dessa forma, aduziu que não pode o defendente responder por fato de terceiro (fls. 185-189).

41. Abordou a Cláusula Quinta dos convênios em debate, que estabelece as obrigações dos entes conveniados, bem como os arts. 29 e 31 da IN n° 01/2005-CGDF¹¹, demonstrando que a

¹⁰ Períodos em que os processos ficaram sem tramitar.

¹¹ “SEÇÃO I - Da Prestação de Contas Final

Art. 29. A partir da data do recebimento da prestação de contas final, a unidade concedente, com base nos documentos referidos no art. 26 e à vista do pronunciamento da unidade técnica responsável pelo programa do órgão ou entidade concedente, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para pronunciamento sobre a aprovação ou não da prestação de contas apresentada, sendo 45 (quarenta e cinco) dias para manifestação da referida unidade técnica e 15 (quinze) dias para pronunciamento do ordenador de despesa.

§ 1º A prestação de contas, parcial ou final, será analisada e avaliada na unidade técnica responsável pelo programa do órgão ou entidade concedente, que emitirá parecer abordando os seguintes aspectos: (...)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



aferição de irregularidade, inadimplência ou falta de prestação de contas e a atribuição de notificar o devedor são atos atribuídos não ao Comitê Gestor, mas à SES/DF, concedente dos recursos (fls. 189-193).

42. Externou a quebra de isonomia no tratamento ofertado entre o defendente e os Srs. Cláudio Vieira e José Garcia Júnior. A esse sentir, frisou que não há provas de que os referidos senhores solicitaram audiência com o Secretário de Governo, pois os documentos constantes no processo apenso denotam que foram encaminhados expedientes apenas ao Secretário de Estado de Saúde, na qualidade de Presidente do Comitê Gestor. Desse modo, manifestou discordância pelo fato de o rosário de irregularidades vinculadas ao Sr. Augusto Carvalho ter sido estendido à sua pessoa (fl. 193-194).

43. Abordou o parecer anexado à sua defesa¹², o qual, em apertada análise, desenvolve a inteligência de que quando (fls. 194-196):

“a interpretação normativa leva à produção de flagrante injustiça, irrazoável e desproporcional, por certo não se está diante de uma hermenêutica admitida pelo sistema jurídico. Percebe-se claramente do conteúdo dos processos de tomadas de contas analisados o distanciamento entre a realidade fática dos autos e as conclusões esposadas pelo órgão de controle interno do Governo do Distrito Federal, no que respeita à responsabilização do ex-Secretário de Governo”

44. Por fim, requereu: (a) o acolhimento de sua defesa, considerando-a, no mérito, procedente; (b) o arquivamento do presente feito em relação à sua pessoa, pelos seguintes motivos:

§ 5º Constatadas irregularidades na situação aludida no parágrafo anterior, a DIGEC/SUFIN/SEF recomendará ao concedente as medidas saneadoras aplicáveis ao caso, incluindo a instauração imediata de tomada de contas especial e o encaminhamento do processo à Procuradoria-Geral do Distrito Federal para cobrança judicial.

§ 6º Na hipótese de a prestação de contas não ser aprovada, e esgotadas todas as providências cabíveis, o ordenador de despesas determinará o registro do fato no Cadastro de Convênios do SIGGO e adotará providências aplicáveis ao caso, que incluem a instauração de sindicância, processo administrativo disciplinar ou tomada de contas especial e o encaminhando do processo à Procuradoria-Geral do Distrito Federal para cobrança judicial, sob pena de responsabilidade. (...) § 8º Quando a prestação de contas não for apresentada no prazo convencionado, o concedente notificará o conveniente, fixando-lhe o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos acrescidos dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro, devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 9º Esgotado o prazo referido no parágrafo anterior, caso não cumpridas as exigências, ou, ainda, se existirem evidências de irregularidades de que resultem prejuízos para o erário, a unidade concedente adotará as providências previstas no § 6º deste artigo.

(...)

SEÇÃO II - Da Prestação de Contas Parcial

Art. 30. A Prestação de Contas Parcial é aquela pertinente a cada uma das parcelas de recursos liberados, composta pela documentação especificada nos itens III a VIII e X, quando houver, do Art. 26 desta Instrução Normativa.

Art. 31. A Prestação de Contas Parcial e, em especial, o Relatório de Execução Físico-Financeira (Anexo III) serão analisados de acordo com os critérios estabelecidos no § 1º do Art. 29”.

¹² Não colacionado aos presentes autos, mas ao Processo nº 29.950/2014.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



b.1. inexistência de nexo causal, dolo ou culpa do defendente para com o ato apurado nesta TCE; b.2. inexistência de obrigação legal do defendente para com os atos fora do tempo em que era parte do GDF; b.3. incumbência de acompanhamento e convocação da prestação de contas deveria ser feita pela SES/DF, sendo que esta, quando o fez, não convocou o Comitê Gestor, e, ainda, o fez quando o defendente já não era parte do GDF; (c) o deferimento de sustentação oral (fls. 196-197).

ANÁLISE

45. Compulsando os autos de nº 480.000.169/2014, atesta-se que, de fato, os processos correspondentes foram movimentados internamente dentro das unidades da Secretaria de Estado de Saúde do DF. Dessa feita, **não há indícios de que o Sr. José Humberto Araújo tenha tido conhecimento de quaisquer minúcias do aludido processo.**

46. No entanto, importa considerar que, nos termos da Cláusula Quarta dos Convênios nºs 010 e 011/2009-SES/DF (fls. 50-51* e 270*, respectivamente), a execução de tal convênio “será acompanhada por um Comitê Gestor composto pelo **Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal** e pelo Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal, sob a presidência desse último, ao qual compete:

a) Fiscalizar o cumprimento, pela Prefeitura de Águas Lindas de Goiás – GO, das obrigações relacionada na Cláusula Quinta;

b) Analisar a prestação de contas trimestral, referente à aplicação dos recursos do presente Convênio;

(...)”. (Grifamos)

47. Assim, a nosso ver, em que pese os Processos nºs 363.000.202/2009 e 363.000.203/2009 terem circulados no âmbito da SES/DF, temos que **esse fato não elide a sua responsabilidade, pelos motivos a seguir explicados.**

48. Conforme restou demonstrado, quando do firmamento do convênio em tela, o Governador do Distrito Federal designou como executor do convênio um colegiado composto pelo Secretários de Estado de Saúde e pelo de Governo, esse último ocupado pelo ora defendente.

49. Quanto às competências e responsabilidades do executor, justifica-se trazer à baila o normatizado à época pelos arts. 13 e 18 do Decreto nº 16.098/1994¹³:

¹³ Revogado pelo Decreto 32.598, de 15/12/2010, que trata das Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, e dá outras providências.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



“Art. 13. Para todos os ajustes, designar-se-á, de forma expressa:

I - o valor da taxa de administração, quando for o caso;

II - o executor, a quem caberá supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução, que deverá apresentar relatórios quando do término de cada etapa ou sempre que solicitado pelo contratante; (...)

§ 3º É da competência e responsabilidade do executor:

I - verificar se o custo e o andamento das obras e serviços ou a aquisição de materiais se desenvolvem de acordo com as respectivas Ordem de Serviço e Nota de Empenho;

II - prestar à unidade setorial de orçamento e Finanças, ou órgão equivalente, informações necessárias ao cálculo do reajustamento de preços, quando previsto em normas próprias;

III - dar ciência, ao órgão ou entidade contratante, sobre:

a) ocorrências que possam ensejar aplicação de penalidades ao contratado;

b) alterações necessárias ao projeto e suas consequências no custo previsto;

IV - atestar a conclusão das etapas ajustadas;

V - verificar a articulação entre as etapas, de modo que os serviços não sejam prejudicados;

VI - remeter, até o quinto dia do bimestre subsequente, relatório de acompanhamento das obras ou serviços contratados ao órgão ou entidade contratante e ao órgão responsável pela supervisão técnica;

VII - receber obras e serviços, ouvido o órgão responsável pela supervisão técnica.

(...)

Art. 18 As prestações de contas de recursos de contratos e convênios deverão ser elaboradas pelos respectivos executores e remetidas ao Departamento Geral de Contabilidade da Subsecretaria de Finanças para exame e apreciação.

§ 1º A prestação de contas de que trata este artigo deverá ser apresentada com os seguintes documentos:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



I - cópia do termo de convênio e dos seus respectivos aditivos, quando for o caso;

II - plano de trabalho aprovado, quando este não constituir cláusula do ajuste;

III - cópia do ato de designação do executor do ajuste;

IV - relatório de execução físico-financeira do objeto do convênio, elaborado pelo executor ou entidade conveniente;

V - demonstrativo da execução da receita e da despesa, evidenciando o saldo e os rendimentos auferidos da aplicação no mercado financeiro;

VI - relação nominativa de pagamentos efetuados;

VII - extratos da conta-corrente específica do convênio, devidamente conciliados com as emissões efetuadas;

VIII - cópia do termo de aceitação provisória e do termo de aceitação definitiva da obra ou serviço de engenharia, quando for o caso;

IX - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos;

X - comprovante de recolhimento do saldo dos recursos, quando for o caso;

XI - cópia dos atos administrativos de adjudicação, dispensa ou inexigibilidade de licitação;

XII - declaração expressa do ordenador de despesa, aprovando a prestação de contas e atestando que os recursos recebidos ou transferidos tiveram boa e regular aplicação;

XIII - outros documentos, se assim exigir o ajuste.” (Grifamos)

50. Outrossim, quanto à execução do ajuste, vale ressaltar o normatizado pela IN nº 01/2005-CGDF:

“Art 19. O repasse de recursos financeiros destinados ao cumprimento do objeto do convênio obedecerá ao Plano de Trabalho previamente aprovado, tendo por base o cronograma de desembolso, cuja elaboração terá como parâmetro para a definição de parcelas o detalhamento da execução física do objeto e a programação financeira do Governo do Distrito Federal.

(...)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



§ 4º **Nos casos a seguir especificados**, a liberação das parcelas do convênio será suspensa até a correção das impropriedades ocorridas:

I - quando não tiver sido comprovada a boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão concedente e/ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio;

III - quando for descumprida, pelo conveniente ou executor, qualquer cláusula ou condição do convênio.

(...)

CAPÍTULO VII - Da Execução

Art. 20. O convênio deverá ser fielmente executado pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada uma, no que lhe couber, pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Art. 21. A função gerencial fiscalizadora será exercida pelo concedente, dentro do prazo regulamentar de execução e de prestação de contas do convênio, assegurando-se aos agentes qualificados do concedente o poder discricionário de reorientar ações e de acatar, ou não, justificativas com relação às disfunções porventura havidas na execução, sem prejuízo da ação do órgão de controle interno.

Parágrafo único. Fica assegurada ao titular do órgão ou entidade concedente a prerrogativa de, nos casos de serviços essenciais, ocupar posteriormente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do convênio, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas na execução da avença por parte do conveniente, bem como na hipótese de rescisão do instrumento de que trata o art. 34 desta Instrução Normativa e ao abrigo do disposto no inciso V, art. 58 combinado com o art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 22. A autoridade do órgão ou entidade concedente poderá nomear como executor, para supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução do convênio, pessoa



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



física ou órgão público investido dessa função por designação específica.

(...)” (Grifamos)

51. Nesses termos, conforme explanado nesta Informação (§§ 26, 27, 29, 46 e 48-50), constatou-se que não há nenhum documento que evidencie o acompanhamento e a fiscalização por parte do Comitê Gestor, o que indica clara negligência por parte dos responsáveis. Ao contrário, verificou-se total descaso quanto ao dever de atesto ao bom e regular uso dos recursos públicos, restando claro que a competência do cargo/função desempenhada pelas então autoridades não foi exercida no momento adequado, deflagrando uma situação de grave afronta ao interesse público e às normas legais, que não apontam para outro caminho a não ser o devido ressarcimento ao erário.

52. Por sua vez, revela notar que, dada a publicação da Portaria n° 163, de **12.08.2009** (fls. 85-86*), deveria o defendente ter manifestado **de ofício** a sua preocupação quanto à ausência de providências do colegiado executor do convênio, do qual era membro designado pelo Governador do DF, mas quedou-se totalmente inerte. Com isso, a nosso critério, assumiu os riscos inerentes à omissão das atribuições de executor de convênio, devendo, assim, ser responsabilizado pelas consequências atribuídas a sua gestão.

53. De mais a mais, não se coaduna com os argumentos de que o respectivo comitê somente teria competência para agir após as promoções de incumbência legal da unidade concedente. Em nosso entendimento, uma vez instituído, o colegiado executor deveria fiscalizar o cumprimento das cláusulas pactuadas, respondendo às partes, no que coubesse, pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos do art. 20 da IN n° 01/2005-CGDF.

54. Ainda, os artigos da norma supracitada, trazidos na presente defesa, regulamentam, de forma geral, as ações a serem tomadas pela concedente **após** a análise da prestação de contas pelos responsáveis pela execução.

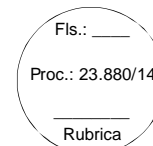
55. Desta feita, temos que os presentes argumentos devem ser considerados **improcedentes**. Porém, conforme explanado nos §§ **31-33** desta Informação, com base em recente entendimento deste Tribunal (Decisão n° 4.421/2017, fl. 284), aos gestores públicos à época, sugere-se isenção da responsabilidade de ressarcimento. Entretanto, em virtude dos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar, deve o Plenário deliberar a respeito da aplicação de multa, nos termos do art. 57, II, da Lei Orgânica desta Corte.

56. Por fim, o gestor em questão solicitou deferimento de sustentação oral. Entendemos que não há óbice e, para tanto, se



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



for o caso, a Corte deve dar conhecimento ao interessado da data de inclusão deste processo na pauta de julgamento, observada a antecedência mínima de 10 dias exigida no § 2º do art. 136 do RITCDF.

DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS, SIGNATÁRIO DOS CONVÊNIOS NºS 010 E 011/2009-SES/DF E BENEFICIÁRIO DOS RECURSOS EM APREÇO (fls. 233-278, acompanhado do Anexo I).

57. Após breves considerações, propugnou que a citação do Município se deu em virtude de suposta conclusão de que este foi beneficiário direto dos repasses. Porém, aduziu que o simples fato de o ente público ser parte dos convênios celebrados não demonstra que efetivamente a municipalidade foi beneficiada com os recursos repassados (fls. 233-235).

58. Salientou uma contradição por parte da Comissão Tomadora de TCE que trouxe posicionamento majoritário jurisprudencial contrário à inclusão do Município no pólo passivo deste processo, mas que, mesmo assim, concluiu pela imputação de sua responsabilidade. A esse sentir, consignou que o ente público foi vítima dos desmandos de seus gestores, tal como foi o erário do Distrito Federal, posto que Águas Lindas não tem o poder de, por si só, prestar as contas devidas (fl. 235-237).

59. Ressaltou que, desde a celebração do ajuste e durante toda a sua execução, ficou demonstrada total desídia e falta de comprometimento para com a coisa pública, tanto pelos representantes à época da SES/DF, quanto pelos que respondiam pelo Município. Acrescentou que a solicitação para o Convênio nº 010/2009-SES/DF tramitou em diversos departamentos e áreas da Secretaria de Saúde do DF, sendo conhecido, aprovado e celebrado em apenas 02 dias (fls. 237-239).

60. Externou a conduta do Sr. Augusto Carvalho, Secretário de Estado de Saúde à época, que criou o Comitê Gestor 04 meses após a assinatura dos acordos, quando já haviam sido liberadas várias parcelas referentes aos ajustes em apreço, bem como autorizou repasse sem a devida análise da prestação de contas trimestral apresentada (fls. 239-241).

61. Asseverou que não houve transição de governo da municipalidade e que grande parte da documentação não foi entregue para a equipe sucessora, bem como dados foram apagados do sistema, processos licitatórios não foram localizados e parte do patrimônio desapareceu, assim como a maioria das pessoas que trabalhavam na gestão em análise já não se encontravam no município, por se tratar de cargos de confiança (fls. 241-242).

62. Questionou a apresentação de contas parcial do Convênio nº 011/2009-SES/DF, haja vista o sumiço do processo no âmbito da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



SES/DF. Ainda, insurgiu-se contra a diferença entre o valor transferido no Convênio nº 010/2009-SES/DF e o verificado pela SES/DF¹⁴, aduzindo, no entanto, que, ainda assim, houve desvio de finalidade de tais recursos (fls. 243-244).

63. Descreveu o procedimento comum para pagamento de credenciados, em que a administração faz um chamamento público dos interessados em prestar serviços ao município. Acrescentou que, posteriormente, é celebrado um Termo de Credenciamento Individual, cujas cláusulas estabelecem o pagamento mensal, que é processado por meio de atesto da fatura, constando no processo, também, os comprovantes de empenho e liquidação das despesas. A esse respeito, informou que nenhum desses documentos foram localizados, mas tão somente as ordens de pagamentos, destacando que em apenas 09 dessas faturas foi desembolsado o montante de **R\$ 2.568.348,04**, juntadas no Bloco 02 do Anexo I, fls. 126-135 (fls. 244-245).

64. Destacou as seguintes ordens de pagamento emitidas, cada uma a um único beneficiário (Anexo I, fls. 126-135): R\$ 500.000,00; R\$ 449.651,57; R\$ 387.142,35; R\$ 350.439,36 e R\$ 479.842,65, nas condições descritas no parágrafo anterior (fl. 245).

65. Registrou os recursos recebidos na municipalidade advindos do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde (Anexo I, fls. 136-138), na ordem de R\$ 3.887.817,63 (2009) e R\$ 4.503.143,96 (2010), que teriam os mesmos destinos dos objetos dos convênios em xequê, quais sejam, atividades diversas em toda a rede de saúde, constatando-se que não havia necessidade dos valores repassados pelo Distrito Federal (fl. 245).

66. Comentou verificações do Relatório de Auditoria SES nº 115/2009 (fls. 52-56 do Processo nº 24.836/2012), postulando irregularidades em contrato emergencial com dispensa de licitação, no valor de R\$ 502.759,83, bem como ausência de notas fiscais, de contratos e de cumprimento dos prazos e do plano de trabalho (fl. 246).

67. Alertou a respeito de recursos terem sido utilizados na folha de pagamento de servidores da educação, sendo que, no período dos convênios, Águas Lindas recebeu do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) o montante de R\$ 65.479.597,51 (Anexo I, fls. 139-140), não se justificando, mais uma vez, os recursos distritais para tais fins (fl. 247).

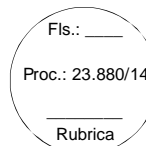
68. Colacionou notícias veiculadas à época (Anexo I, fls. 141-142), no sentido de que nenhuma melhoria foi percebida. Ao contrário, os serviços públicos de saúde prestados à comunidade, em que pese os valores recebidos, estavam precários, o que corrobora, a seu

¹⁴ Relatório de Auditoria SES nº 115/2009 (fls. 52-56 do Processo nº 24.836/2012).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



ver, que os recursos não estavam sendo empregados no município (fl. 247-248).

69. Trouxe ao processo a figura do Dr. Charles, Deputado Distrital à época, envolvido em pagamento de funcionários fantasmas (Anexo I, fl. 143), a quem indicou comissionados para ocupar posições estratégicas de gerenciamento financeiro na prefeitura em análise, que foram exonerados após a divulgação das denúncias (fl. 249).

70. Repisou a omissão da conduta dos responsáveis pela SES/DF, que nada fizeram quanto à ausência de prestação de contas, além de continuarem liberando parcelas para os Convênios nºs 010 e 011/2009-SES/DF, em afronta às normas de regência e ao estabelecido nos ajustes (fls. 249-251).

71. Expôs os detalhes procedimentais, aduzindo que os fatos foram manipulados, visando a ocultação dos ilícitos praticados pelos gestores da SES/DF e dos desvios de recursos públicos. A esse sentir, narrou as tentativas infrutíferas por parte dos órgãos de controle para localizar os processos desaparecidos (Processos nºs 363.000.202/2009 e 363.000.203/2009), salientando que, somente após cinco anos da celebração dos ajustes, o TCDF determinou a instauração de sindicância. Ainda, abordou relatos colacionados na apuração de responsabilidade, sintetizados abaixo (fls. 251-256):

“QUE REFERIDOS PROCESSOS DOS CONVENIOS TRAMITAVAM ‘EM MÃOS’ E FICAVAM SOB A ‘GUARDA’ DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO, Sr. FERNADO CLAUDIO ANTUNES, QUE MANTINHA TAIS PROCESSOS TRANCADOS EM SEU ARMARIO, SENDO QUE TAL CONDUTA EM TOTAL AFRONTA AO INTERESSE PUBLICO NUNCA FOI AVERIGUADA E SIMPLEMENTE IGNORADA POR TODOS NA SES/DF”.

72. Abordou o Processo nº 24.836/2012, elucidando os fatos que levaram o MPJTCDF a impetrar cautelar de arresto de bens, declaração de indisponibilidade de bens e anotação nas contas, medida não provida pelo Plenário. Paralelamente, salientou a apuração que tramitava na CGDF (Processo nº 480.000.169/2014), concluída somente em 2015. Nessa direção, afirmou que a morosidade para a tomada de decisões colaborou, e muito, para o desfecho dos fatos na forma como ocorreu (fls. 257-273).

73. Trouxe à baila jurisprudência no sentido de que “a responsabilidade (...) recai sobre a pessoa física do conveniente”, bem como “a imputação de débito aos estados, ao distrito federal e aos municípios apenas se justifica na hipótese de COMPROVAÇÃO de que estes entes foram beneficiados pelos recursos federais transferidos” (fls. 273-277).

74. Por fim, alegou que restou demonstrado que o Município também foi usado para concretizar um esquema de desvio de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



dinheiro público, requerendo: (a) a exclusão do Município de Águas Lindas de Goiás do polo passivo da presente TCE; (b) o desarquivamento do Processo n° 24.836/2012, visando a apuração das responsabilidades pelos ilícitos, de forma a responsabilizar os então servidores da Secretaria de Estado de Saúde do DF que deram causa ao prejuízo; (c) o deferimento das alegações de defesa (fls. 277-278).

ANÁLISE

75. De início, cumpre ressaltar que a responsabilidade do Município de Águas Lindas de Goiás/GO foi apurada nos termos da Informação n° 117/2016 – SECONT/2ª DICONT (fls. 26-40), tendo em vista o fato de o ente federado ter sido o beneficiário dos Convênios n°s 010 e 011/2009-SES/DF.

76. Sobre o tema, no Parecer n° 567/2016 – CF, fls. 41-63, a douta Procuradora deste Tribunal de Contas faz a seguinte exposição (fls. 55-56):

“(…)

28. Acerca da proposta de citação do Município de Águas Lindas-GO, a hipótese fática tratada nos autos é diversa daquela examinada pelo **Ministério Público de Contas** no Processo n.º **20.945/2014**, em que, por meio do Parecer n.º **450/2016-CF**, o **Parquet** especializado, examinando o Convênio n.º **13/2009-SES**, entendeu que os recursos repassados **não foram utilizados em benefício do Município de Santo Antônio do Descoberto-GO** e de sua comunidade, implicando a sugestão de afastamento da citação do ente federado.

29. Aqui, porém, os autos evidenciam que os recursos repassados foram utilizados, ainda que **de forma irregular** e em **desvio de finalidade**, pelo próprio **Município de Águas Lindas-GO**, que, desse modo, **se beneficiou do ajuste**. Corrobora a afirmativa as conclusões expressas pela própria Secretaria de Estado de Saúde, no Relatório de Auditoria n.º 115/2009 (Processo n.º **24.836/2012**), que expressamente registrou:

Concluímos que os recursos repassados pelo GDF estão sendo aplicados em finalidades não contempladas no objeto do Convênio 011/2009, tendo em vista que estão custeando atividades diversas em toda rede de saúde (Hospital, postos de saúde e demais programas) do Município de Águas Lindas, seja para custeio de medicamentos e insumos ou de serviços prestados. (Grifos do original).

30. Desse modo, diferentemente do que defendi no Processo n.º **20.945/2014**, no caso sob exame, **aquiescendo com a**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



proposta do Corpo Técnico, o MPCDF, seguindo a linha da *Decisão Normativa TCU n.º 57/2004, entende necessária a citação do Município de Águas Lindas-GO, haja vista a possibilidade ter suas contas julgadas irregulares pelo e. TCDF, nos termos do art. 17, III, “a”, da Lei Complementar n.º 1/1994 e ser compelido, solidariamente, ao ressarcimento dos danos causados ao Distrito Federal. É o que o Parquet especializado propõe ao e. Plenário.*

(...)”

77. Assim, o Município de Águas Lindas de Goiás/GO foi citado, visando apresentar alegações de defesa a respeito dos repasses recebidos para a reforma e a ampliação da estrutura física do Hospital Municipal Bom Jesus, bem como para o custeio para a capacitação de pessoal, contratação de serviços, aquisição de material de consumo, equipamentos e material permanente necessários ao atendimento do aludido hospital.

78. Com relação às condutas irregulares e negligentes por parte dos envolvidos, cabe destacar que as mesmas foram bem caracterizadas na peça exordial¹⁵, oportunidade em que foi verificada “uma situação de grave afronta ao interesse público e às normas legais, que não apontam para outro caminho a não ser o devido ressarcimento ao erário.” Nesse contexto, justifica esclarecer que os referidos agentes públicos estão respondendo pelas consequências de seus atos.

79. Entretanto, causa espécie a situação relatada pelo representante do Município quanto ao momento de transição política, embora esses fatos, por si só, não tenham o condão de direcionar a responsabilidade para o prefeito à época. Contudo, o mesmo não se pode dizer dos argumentos esposados nos §§ 63-64 desta Informação.

80. Compulsando as fls. 126-135 do Anexo I, verificam-se numerários vultosos sendo pagos a pessoas físicas, sem quaisquer outros documentos que pudessem, em seu conjunto, comprovar a regularidade do gasto, tais como detalhamento da despesa, notas fiscais e atestados da prestação do serviço, entre outros. Ainda, destaca-se que há cinco documentos (duas ordens de pagamento e três empenhos) referentes a um único mês, qual seja, junho de 2009, indicando que o Município de Águas Lindas de Goiás/GO gastou, no aludido mês, R\$ 1.540.696,47 em pagamento com vencimentos salariais de servidores e/ou com profissionais que prestaram serviços de saúde.

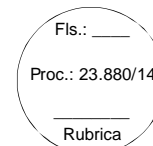
81. Adicionalmente, há que se considerar os repasses mencionados nesta defesa, advindos do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde e do FUNDEB (fls.136-140 do

¹⁵ Informação nº 117/2016 – SECONT/2ª DICONTE (fls. 26-40).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



Anexo I), vez que o fato de a administração à época receber numerários **relevantes** de várias fontes para as mesmas despesas (FUNASA = R\$ 8.390.961,59 e FUNDEB = R\$ 65.479.597,51, além dos repasses em comento) aumenta substancialmente a necessidade de comprovar a correta aplicação dos recursos distritais.

82. A esse sentir, impende salientar as reportagens da época¹⁶, acostadas às fls. 141-143 do Anexo I, que relatam que, em que pese a cidade ser beneficiária de recursos financeiros para a saúde pública, a infraestrutura básica estava extremamente precária e deficiente. Ainda, ressoa necessário ponderar o esquema de corrupção investigado pelo MPDFT sobre desvios de recursos referentes ao Convênio nº 011/2009-SES/DF.

83. Nessa seara, cabe rememorar os fatos apurados no âmbito do Processo nº 24.836/2012. Nos aludidos autos, foi atestado o sumiço de todos os processos que acompanhavam a execução dos convênios em tela (**Processos n.ºs 363.000.203/2009 e 060.011.043/2009**, referentes ao Convênio n.º 11/2009, e **363.000.202/2009**, referente ao Convênio n.º 10/2009), fato incomum que nos causa surpresa.

84. Naquela oportunidade, o MPJTCD/DF requereu a necessidade de audiência do Sr. Fernando Cláudio Antunes Araújo, então Secretário-Adjunto de Gestão, para que se manifestasse a respeito das denúncias de irregularidade envolvendo a sua atuação (**manutenção dos processos trancados em armário** e informalidade na tramitação dos processos). No entanto, no voto-condutor da Decisão nº 5.712/2014, o Conselheiro Relator entendeu que “o desaparecimento dos processos administrativos que tratam dos ajustes não pôde ser efetivamente solucionado, estando em andamento medidas necessárias à reconstrução dos autos.”

85. Com as vênias devidas, temos que a situação abordada pelo defendente às fls. 241-256, bem como os documentos juntados às fls. 126-143 do Anexo I, denotam uma realidade que se faz conveniente com um desaparecimento dos aludidos autos. Ou seja, as evidências de desvio dos recursos distritais perpetrado pelo ente público se dissipam diante do sumiço dos aludidos processos, tornando-se, a nosso ver, um elemento impeditivo para o conhecimento das ilegalidades.

86. Nesse momento, temos como importante revisitar o debate que deslindou na citação dos entes públicos, em autos diversos, como responsáveis solidários dos repasses distritais na forma de convênio.

87. Compulsando os autos nº 20.945/2014, verifica-se que o

¹⁶ A despeito de a reportagem à fl. 141 ser de ano posterior, entendemos que as melhorias investidas em 2009 deveriam ser percebidas, obrigatoriamente, em 2011.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



MPJTCDF opinou pela exclusão da citação do Município de Santo Antônio do Descoberto por irregularidades em repasse recebido para a reforma do hospital local, o que foi seguido por parte do Plenário. No entanto, pelo voto de desempate do Senhor Presidente, prevaleceu o entendimento constante da Declaração de Voto do Conselheiro Paulo Tadeu (Decisão nº 3.273/2016), que observou: “Com intuito de esclarecer melhor a questão, entendo ser essencial a oitiva também, nesse momento, do Município Santo Antônio do Descoberto/GO”.

88. Já o decidido no bojo do Processo nº 29.950/2014 seguiu os mesmos rumos, qual seja, citação do ente federado para apresentar alegações de defesa quanto a recursos recebidos para manutenção da rede de saúde do Município de Santo Antônio do Descoberto. Nada obstante, o representante legal da referida prefeitura não apresentou defesa, o que fez perdurar a sua responsabilidade.

89. De modo diametralmente oposto, no presente processo, conforme explanado no § 85 desta Informação, os documentos juntados às fls. 126-143 do Anexo I evidenciam uma situação de dilapidação de recursos distritais, que foi encoberto pelo desaparecimento dos processos correlatos. Ainda, poderíamos ter elementos que contestassem o apresentado pelo Município em comento, mas o Sr. Geraldo Messias Queiroz, Prefeito de Águas Lindas de Goiás à época, não se dignou a apresentar a sua defesa.

90. Assim, em que pese o exposto no § 76 desta Instrução, temos que o referido posicionamento não pode sobrepujar as evidências apresentadas nesta defesa. Assim, somos por que se exclua, **excepcionalmente**, o Município de Águas Lindas de Goiás/GO do polo passivo desta TCE, aplicando, por sua vez, os entendimentos esposados no Acórdão 137/1999 e na Decisão Normativa nº 57/2004, ambos do c. Tribunal de Contas da União, a seguir transcritos:

“ACÓRDÃO 137/1999 - SEGUNDA CÂMARA:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de responsabilidade dos Srs. João Ruy de Queiroz Pinheiro, Sidnei Paulo Barbosa Neves e Hércules Bassalo Antunes, instaurada em razão da gestão irregular de recursos repassados pela União, a título de subvenção social, à Sociedade Educacional Santa Terezinha, no valor de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros), em 26.12.90.

Considerando que, cientificados do teor do Acórdão nº 146/97 - TCU - 2ª Câmara, os responsáveis vieram tempestivamente interpor o competente Recurso de Reconsideração;

Considerando, todavia, que na peça recursal limitaram-se a afirmar que a responsabilidade deveria recair sobre a pessoa



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



jurídica Sociedade Educacional Santa Terezinha;

Considerando o entendimento desta Corte de Contas exarado na Sessão Plenária Sigilosa de 26.11.91 (Anexo II da Ata nº 57/91 - Plenário), no sentido de que o responsável pela correta aplicação dos recursos, por força do disposto no Decreto-lei nº 200/67, é sempre a pessoa física e não a pessoa jurídica à qual ele se vincula ou se vinculou à época do recebimento das verbas;

Considerando os pareceres emitidos nos autos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fulcro nos arts. 32 e 33 da Lei nº 8.443/92, em conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelos Srs. João Ruy de Queiroz Pinheiro, Sidnei Paulo Barbosa Neves e Hércules Bassalo Antunes para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se, em seus exatos termos, o Acórdão nº 146/97 - TCU - 2ª Câmara.” (grifamos)

“DECISÃO NORMATIVA Nº 57, DE 5 DE MAIO DE 2004

Regulamenta a hipótese de responsabilização direta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de transferência de recursos públicos federais.(...)

*Art. 1º Nos processos de Tomadas de Contas Especiais relativos a transferências de recursos públicos federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou a entidades de sua administração, as unidades técnico-executivas competentes **verificarão se existem indícios de que esses entes da federação se beneficiaram com a aplicação irregular dos recursos.***

Art. 2º Configurada a hipótese de que trata o artigo anterior, a unidade técnico-executiva proporá que a citação seja feita também ao ente político envolvido, na pessoa do seu representante legal, solidariamente com o agente público responsável pela irregularidade.

*Art. 3º **Caso comprovado que o ente federado se beneficiou pela aplicação irregular dos recursos federais transferidos, o Tribunal, ao proferir o julgamento de mérito, condenará diretamente o Estado, o Distrito Federal ou o Município, ou a entidade de sua administração, ao pagamento do débito, podendo, ainda, condenar solidariamente o agente público responsável pela irregularidade e/ou cominar-lhe multa.***

(...)” (grifamos)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



91. Portanto, a nosso sentir, as alegações de defesa em apreço devem ser consideradas **procedentes** pelo Plenário.

CONCLUSÃO

92. Das análises das defesas apresentadas pelos Srs. Augusto Silveira de Carvalho (fls. 157-175) e José Humberto Pires de Araújo (fls. 178-197 e anexo de fls. 198-228), respectivamente, Secretário de Estado de Saúde e, Secretário de Estado de Governo à época, entendemos que essas podem ser consideradas **improcedentes**.

93. Em outra vertente, pela análise esposada nos §§ 75-91 desta Instrução, temos que os argumentos apresentados pelo representante legal do **Município de Águas Lindas de Goiás** sejam considerados **procedentes** pelo Plenário, visto que não poderá a municipalidade, que, a nosso sentir, não se beneficiou pela aplicação irregular dos recursos transferidos por meio dos Convênios nºs 010 e 011/2009-SES/DF, ser apenas com o ressarcimento de tais valores. Desta feita, somos que, in casu, apliquem-se os entendimentos expostos no Acórdão 137/1999 e na Decisão Normativa nº 57/2004, ambos do c. Tribunal de Contas da União.

94. Por sua vez, o Sr. Geraldo Messias Queiroz, Prefeito de Águas Lindas de Goiás à época da assinatura e execução dos Convênios nº 010 e 011/2009-SES/DF, e o Sr. Joaquim Carlos da Silva de Barros Neto, Secretário de Estado de Saúde no período de 10.12.2009 a 09.06.2010, não se interessaram em influenciar no curso dos autos, devendo ser considerados revéis, nos termos do art. 13, § 3.º, da LC n.º 1/1994.

95. Assim, em virtude da revelia apurada, entende-se que as contas do **Sr. Geraldo Messias de Queiroz**, Prefeito à época da assinatura e execução dos Convênios nºs 010/2009-SES/DF e 011/2009-SES/DF, podem, desde logo, ser julgadas irregulares pelo Tribunal, quanto à omissão do dever de prestar contas dos recursos recebidos por meio de tais convênios, consubstanciado no art. 17, inciso III, alínea "a", da LC n.º 01/1994. Por conseguinte, o Plenário deve notificar, nos termos dos arts. 20 c/c 26 da mesma norma, o responsável para a quitação do débito de **R\$ 26.478.720,27** (atualizados até 16.11.2017, fl. 283), deliberando, outrossim, a respeito da aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública do Distrito Federal, conforme o art. 60 da Lei Complementar nº 1/1994.

96. Quanto aos **Srs. Augusto Silveira de Carvalho, José Humberto Pires de Araújo e Joaquim Carlos da Silva de Barros Neto**, respectivamente, Secretário de Estado de Saúde (período da assinatura do ajuste até 23.11.2009), Secretário de Estado de Governo e Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal (período de 10.12.2009 a 9.6.2010), somos que se aplique o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



entendimento firmado na (Decisão nº 4.421/2017, fl. 284), qual seja, que deixem os senhores acima de ser responsáveis pelo ressarcimento. Entretanto, em virtude dos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar, deve o Plenário deliberar a respeito da aplicação de multa, nos termos do art. 57, II, da Lei Orgânica desta Corte.

97. Cumpre asserir, ainda, que o Sr. José Humberto Pires de Araújo solicitou deferimento de sustentação oral. Entendemos que não há óbice e, para tanto, se for o caso, a Corte deve dar conhecimento ao interessado da data de inclusão deste processo na pauta de julgamento, observada a antecedência mínima de 10 dias exigida no § 2º do art. 136 do RITCDF.”

9. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal que:

“I. tome conhecimento:

a) das defesas acostadas às fls. 157-175 e 178-197 (anexo de fls. 198-228), para, no mérito, considerá-las improcedentes;

b) da defesa de fl. 233-278 (acompanhado do Anexo I), dando procedência aos seus argumentos;

II. de acordo com o artigo 13, § 3º, da Lei Complementar nº 01/94, considere revéis os responsáveis mencionados no § 94 desta Informação;

III. com fulcro no artigo 17, inciso III, alínea “a”, da Lei Complementar nº 01/1994, julgue irregulares as contas do **Sr. Geraldo Messias de Queiroz**, Prefeito à época da assinatura e execução dos Convênios nºs 010/2009-SES/DF e 011/2009-SES/DF, em virtude da omissão do dever de prestar contas dos recursos recebidos por meio de tais convênios, notificando-o, por conseguinte, para que, com base nos artigos 20 e 26 da mesma norma legal, recolha aos cofres distritais, em 30 (trinta) dias, a quantia de **R\$ 26.478.720,27** (atualizados até 16.11.2017);

IV. delibere:

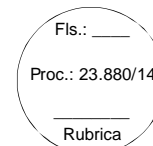
a) quanto à aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública do Distrito Federal para o responsável supra mencionado, conforme o art. 60 da Lei Complementar nº 1/1994;

b) a respeito da aplicação de multa, nos termos do art. 57, II, da Lei Orgânica desta Corte, aos **Srs. Augusto Silveira de Carvalho, José Humberto Pires de Araújo e Joaquim Carlos da Silva de Barros Neto**, respectivamente, Secretário de Estado de Saúde (período da assinatura do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



ajuste até 23.11.2009), Secretário de Estado de Governo e Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal (período de 10.12.2009 a 9.6.2010), em virtude dos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar, nos termos da Decisão nº 4.421/2017;

V. autorize a devolução do feito à Secretaria de Contas para as providências de estilo.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

10. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 199/2018-CF (fls. 317/327), de 5.3.2018, da lavra da Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, diverge parcialmente da Unidade Instrutiva. Do mencionado Parecer, destaco o seguinte trecho:

“5. Os autos vieram para manifestação do MPC/DF que será exposta logo após a apresentação de cada defendente e respectiva análise do Corpo Técnico.

AUGUSTO SILVEIRA DE CARVALHO – Secretário de Estado de Saúde à época² (fls. 157/175)

6. Em síntese, o defendente apresentou os seguintes argumentos:

a) no inquérito nº 4.073 (Convênios nºs 10 e 11/2009 – SES/DF), foi verificado pela Procuradoria-Geral do MPF, e posteriormente reconhecida pelo STF, a impossibilidade de estabelecer “vínculo concreto entre Augusto Carvalho e as supostas ilicitudes perpetradas, pois sua atuação, em princípio, deu-se em fase anterior àquela na qual as ilicitudes tiveram lugar” (fls. 157-162);

b) o exame da regularidade dos termos dos Convênios nºs 010 e 011/2009-SES/DF foi realizada no Processo nº 24.836/2012. Naquela oportunidade, a Decisão nº 5.712/2014, tomou conhecimento dos esclarecimentos do

² Signatário dos Convênios nº 010/2009-SES/DF (fls. 50-57* e anexo de fls. 58-64*) e nº 011/2009-SES/DF (fls. 269-277* e anexo de fls. 278-287*). Membro do Comitê Gestor instituído pela Portaria nº 163, de 12 de agosto de 2009, fls. 85-86*, responsabilizado pela ausência de fiscalização na execução dos convênios em tela, não assegurando, assim, o fiel cumprimento do que foi pactuado. Convênio nº 010/2009-SES/DF e 1ª/2ª/3ª/4ª/5ª parcelas do Convênio nº 011/2009-SES/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



defendente, considerou atendida a Decisão nº 2.140/2013³ e prejudicado o cumprimento da Decisão nº 5.786/2013⁴ (fl. 162);

c) o recurso MPJTCD/DF interposto no bojo do Processo nº 24.836/2012 foi improvido pela Decisão nº 1.993/2015, o que demonstrou a sua não responsabilização quanto à ausência de prestação de contas e de fiscalização do acompanhamento dos aludidos ajustes (fl. 163);

d) foi exonerado do cargo em 23.11.2009, motivo pelo qual não se pode atribuir a si a responsabilidade pelo acompanhamento da execução dos convênios em exame, assinados em abril do mesmo ano (fls. 163-164);

e) o Comitê Gestor contava com servidores com formações específicas, com o intuito de retirar dos Secretários a responsabilidade de acompanhar rotinas de fiscalização, sendo que providências urgentes foram tomadas ao saber do pedido de desligamento de alguns membros, tais como a auditoria realizada pela SES/DF à época (fls. 164-167);

f) esclareceu que o Convênio nº 010/2009-SES/DF foi objeto de apenas um repasse (R\$ 500.000,00, em 13.05.2009). Nesse sentido, em conformidade com a Cláusula Sétima do respectivo convênio, a prestação de contas deveria ser apresentada até o prazo final da vigência do instrumento (abril de 2010), o que demonstra inadequação da afirmação de que houve irregularidade na sua gestão (fls. 167-169);

g) destacou que oito anos se passaram desde a sua saída do comando da SES/DF, e, ainda assim, não houve a prestação de contas do Convênio nº 010/2009- SES/DF, o que evidencia a impossibilidade de se atribuir o prejuízo quantificado a sua pessoa (fl. 170);

h) em relação ao Convênio nº 011/2009-SES/DF, informou

³ “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. conhecer do Ofício nº 114/13- GAB/SES e anexos; II. considerar não atendido o Item II da Decisão nº. 6071/2012; III. determinar à SES/DF que: a) proceda à imediata instauração de sindicância, nos termos do art. 214 da Lei Complementar nº 840/2011, para apuração de responsabilidades pelo desaparecimento dos Processos nºs 363.000.203/2009 e 060.011.043/2009 (referentes ao Convênio nº 11/2009) e 363.000.202/2009 (referente ao Convênio nº 10/2009); b) adote medidas para a localização dos referidos autos; c) encaminhe ao Tribunal, no prazo de trinta dias, os resultados das medidas referentes aos itens III.a e III.b supra; IV. autorizar a devolução dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os fins pertinentes.”

⁴ “O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, com o acréscimo de alerta inserido em acolhimento a voto da Conselheira ANILCÉIA MACHADO, decidiu: I. tomar conhecimento da instrução e da documentação de fls. 199/210; II. ratificar o não cumprimento do item II da Decisão nº 6.071/2012 e considerar não cumprido o Item III da Decisão nº 2.140/2013; III. reiterar os termos contidos nos dispositivos consignados no item anterior, sob pena da multa prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar nº 1/94; IV. autorizar a devolução dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os fins pertinentes (...).”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



que na sua gestão foram repassados valores na ordem de R\$ 5.000.000,00 e que os prazos previstos para o envio e exame da primeira prestação de contas trimestral foram observados. Ainda, foi solicitada auditoria sobre o repasse das parcelas 1ª a 3ª, informando que as 4ª e 5ª foram pagas pelo fato de o exame da prestação de contas das primeiras parcelas não ter sido concluído. Assim, refuta a indicação de ausência de providências quanto à fiscalização dos recursos durante sua gestão (fls. 170-172);

i) a segunda e terceira prestações de contas parciais (relativas às parcelas 5ª a 9ª)⁵, bem como as prestações de contas finais de ambos os ajustes, ficaram a cargo da gestão sucessora (fl. 172);

j) o Relatório de Auditoria foi encaminhado à Prefeitura de Águas Lindas, com vistas ao saneamento das falhas, sob risco de retenção dos repasses, caso as medidas saneadoras apontadas pelo Comitê Gestor não fossem acolhidas (fl. 173);

k) a prestação de contas final deveria ser entregue até sessenta dias após o término da vigência do convênio em tela (16.04.2010), prazo posterior à sua saída do cargo de titular da Pasta (fls. 173-174);

l) não há demonstração de dolo que justifique o dever de ressarcimento ao erário (fl. 175).

Análise Corpo Técnico

7. Colacionam-se, por economia processual, trechos relevantes dos argumentos da unidade instrutiva:

(...)

21. Portanto, o encerramento do Processo nº 24.836/2012 não foi devido à regularidade dos procedimentos nele analisados, mas pela verificação de que, no convênio em tela, os atos causaram prejuízo ao erário, ensejando a necessidade de apuração dos fatos, quantificação do dano e identificação dos responsáveis.

22. Ao seu turno, impende aclarar ao defendente que o recurso do MPJTCDF que foi improvido nos termos da Decisão nº 1.993/2015 apenas solicitou a reforma do item que indeferiu a medida cautelar de declaração da indisponibilidade de bens e promoção do arresto dos envolvidos, não atestando, por sua vez, a correção de suas ações perante as irregularidades levantadas.

23. Outrossim, necessário registrar que, em que pese a

⁵ Porém, cabe ressaltar que o Convênio nº 011/2009-SES/DF foi objeto de apenas **07 parcelas**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



Informação nº 117/2016 – SECONT/2ª DICONTE ter sugerido a solidariedade do então gestor no débito integral, a Decisão nº 6.342/2016 (fls. 102-102v), em consonância com o voto do Conselheiro Relator⁶, somente atribuiu ao Sr. Augusto Silveira de Carvalho os valores repassados até 23.11.2009.

*24. Nesse sentido, o defendente foi responsabilizado pelo montante dispendido enquanto o mesmo era membro e presidente do Comitê Gestor, quais sejam, os pagamentos referentes ao Convênio nº 010/2009-SES/DF e as **1ª/2ª/3ª/4ª/5ª parcelas** do Convênio nº 011/2009-SES/DF.*

25. Com relação ao Comitê Gestor, colacionaram-se aos autos informações de que os Srs. Cláudio Ferreira Campos Vieira e José Garcia Ribeiro Júnior (fls. 694-698) tentaram se inteirar dos problemas do convênio em pauta, mas não foram completamente atendidos em seus pleitos. Assim, às fls. 691-692*, 699* e 718-721*, constam solicitações de ambos para dispensa de participação do aludido comitê.*

*26. Ainda, verificou-se que o Comitê Gestor só foi designado, pelo Sr. Augusto Carvalho, em **12.08.2009** (fls. 85-86*), situação que, a nosso ver, causa estranheza⁷, uma vez que o referido comitê deveria fiscalizar o convênio, inclusive analisar a prestação de contas **trimestral** a ser feita pela conveniente. Nesse período, já haviam sido liberadas a parcela única referente ao Convênio nº 010/2009-SES/DF (**13.05.2009**) e três parcelas referentes ao Convênio nº 011/2009-SES/DF (**13.05.2009** - 1ª parcela; **17.06.2009** - 2ª parcela; **16.07.2009** - 3ª parcela), fls. 204-206*). 27. Ademais disso, constata-se que não há nenhum documento, nos autos, que evidencie o acompanhamento e a fiscalização por parte do Comitê Gestor, o que indica clara negligência por parte dos responsáveis.*

⁶ Fl. 91-91v.

³⁵. Quanto aos Srs. **Augusto Silveira de Carvalho e José Humberto Pires de Araújo** não há evidências de que os gestores, como **membros titulares do Comitê Gestor responsável pela fiscalização dos convênios**, tenham adotado medidas com a finalidade de exigir do Município as prestações de contas trimestrais não apresentadas ou de promover a retenção dos repasses até que fossem prestadas. Tal omissão contribuiu para majorar o valor do prejuízo apurado, razão pela qual correta a proposição de citá-los, em observância aos princípios do **contraditório e da ampla defesa**.

³⁶. Faz-se necessário, entretanto, pequeno ajuste na citação. A Instrução não considerou o fato de que os gestores foram exonerados dos cargos de Secretário de Estado de Saúde e de Governo em **23.11.2009⁶** e **2.12.2009⁶**, respectivamente. Corrigida esta impropriedade, a responsabilidade dos ex-**Secretários se restringe ao montante transferido até as referidas datas, ou seja, R\$ 5,5 milhões⁶**.

³⁷. Pelo mesmo motivo, torna-se imprescindível a citação do Sr. **Joaquim Carlos da Silva de Barros Neto** (Secretário de Estado de Saúde, no período de 10.12.2009 a 9.6.2010), pois em sua gestão foram repassados mais **R\$ 2,65 milhões⁶** ao Município de Águas Lindas de Goiás, mesmo sem as devidas prestações de contas trimestrais anteriores.”

⁷ Os Convênios nº 010 e 011/2009-SES/DF foram celebrados em 02.04.2009 (fls. 50-57* e anexo de fls. 58-64* e fls. 269-277* e anexo de fls. 278-287*, respectivamente).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



28. Por seu turno, a despeito das alegações objeto do § 15⁸ desta Informação, o Relatório de Auditoria encaminhado à Prefeitura de Águas Lindas, com vistas às medidas saneadoras apontadas pelo Comitê Gestor, não foi acostado aos presentes autos, de forma que nada podemos verificar a esse respeito.

29. Repisa-se, portanto, que os dirigentes, à época, na qualidade de membros do Comitê Gestor, não se apropriaram das salvaguardas necessárias que a situação exigia. Ao contrário, verificou-se total descaso quanto ao dever de atesto ao bom e regular uso dos recursos públicos, restando claro que a competência do cargo/função desempenhada pelas então autoridades não foi exercida no momento adequado.

30. Nesses termos, somos por que a presente defesa seja considerada **improcedente**.

31. Contudo, há que se realçar o recente entendimento firmado no Processo nº 19.943/2011, em que o Conselheiro-Relator, ao analisar os argumentos apresentados em sede de defesa dos responsáveis, assim se manifestou:

“(...)

48. Neste momento, vale destacar que diversos processos semelhantes tramitaram nesta Corte – a exemplo do Processo nº 39.322/08 – e que, mesmo tendo ocorrida a liberação simultânea de parcelas em diversos convênios, o Tribunal em nenhum caso imputou aos servidores distritais qualquer montante referente ao débito apurado.

49. Diante de todo o exposto, conclui-se que os três responsáveis praticaram conjunta ou isoladamente atos com grave infração à norma legal ou regulamentar, razão pela qual são merecedores da aplicação de multa pela Corte, nos termos do art. 57, II, da Lei Orgânica desta Corte. Adotando o mesmo raciocínio, não se afigura razoável a imputação de débito no montante de R\$ 950.868,30 (novecentos e cinquenta mil, oitocentos e sessenta e oito reais e trinta centavos), conforme sugerem os Pareceres. (...)” (Grifamos)

32. Nesse espeque, por unanimidade, na Sessão Ordinária nº 4984, de 12.09.2017, o Plenário deliberou da seguinte

⁸ §15 da Informação nº 187/2017-SECONT/2ªDICONTE - Informou que, constatadas as impropriedades, o Relatório de Auditoria foi encaminhado à Prefeitura de Águas Lindas, com vistas ao saneamento das falhas, sob risco de retenção dos repasses, caso as medidas saneadoras apontadas pelo Comitê Gestor não fossem acolhidas (fl. 173).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



forma (Decisão nº 4.421/2017, fl. 284):

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento das alegações de defesa apresentadas: a) pelos Srs. Paulo César Carvalho Olivieri (fls. 93/129), Jaime Divino Alarcão (fls. 167/207) e José Humberto Pires de Araújo (fls. 208/236) para, no mérito, considerá-las parcialmente procedentes; b) pela Prefeitura Municipal de Águas Lindas de Goiás (fls. 137/157) para, no mérito, considerá-las improcedentes; II – considerar, com fulcro no artigo 13, § 3º, da Lei Complementar nº 1/94, o Sr. José Pereira Soares revel por não ter atendido ao chamado da Corte (Decisão nº 2.546/16); III – cientificar, com fulcro no artigo 13, § 1º, da Lei Complementar nº 1/94, a Prefeitura Municipal de Águas Lindas de Goiás e o Sr. José Pereira Soares para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolham, solidariamente o débito de R\$ 1.924.509,88 (valor em 2017), que deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos da Lei Complementar nº 435/01; IV – aplicar, com fulcro no inciso II do art. 57 da Lei Complementar nº 1/94, aos Srs. Paulo César Carvalho Olivieri, Jaime Divino Alarcão e José Humberto Pires de Araújo, em razão da grave infração à norma legal e regulamentar verificada na execução do Convênio nº 003/07, a multa individual de R\$ 10.000,00 (dez mil reais); V – aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; VI – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências cabíveis.”
(Grifamos)

33. Nesse contexto, temos que se deva aplicar igual inteligência, isentando os então gestores públicos da solidariedade imputada, mas, em virtude dos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar, deliberando a respeito da aplicação de multa, nos termos do art. 57, II, da Lei Orgânica desta Corte.

Opinião do MPC/DF

8. O MPC aquiesce às considerações do CT de que os argumentos do defendente não merecem prosperar.

9. Conforme bem destacado pela unidade instrutiva, o Sr. Augusto Silveira de Carvalho, Secretário de Estado de Saúde e Presidente do Comitê Gestor, não acostou em sua defesa quaisquer documentos que pudessem evidenciar o acompanhamento e fiscalização dos convênios em pauta por parte do Comitê.

10. Contudo, discordo do Corpo Técnico no sentido de eximir o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



defendente da imputação de prejuízo para o qual foi chamado a se manifestar.

11. Nesse sentido, destaco que o responsável foi citado para se defender quanto ao débito causado contra a Administração Pública, de acordo com a última Decisão Plenária⁹. Ademais, o prejuízo calculado para o responsável foi recentemente corrigido, logo antes da última Decisão, oportunidade em que o Exmo. Conselheiro Relator Paiva Martins assim declarou em seu Voto:

36. *Faz-se necessário, entretanto, pequeno ajuste na citação. A Instrução não considerou o fato de que os gestores foram exonerados dos cargos de Secretário de Estado de Saúde e de Governo em 23.11.2009¹⁰ e 2.12.2009¹¹, respectivamente. Corrigida esta impropriedade, **a responsabilidade dos ex-Secretários se restringe ao montante transferido até as referidas datas, ou seja, R\$ 5,5 milhões**¹². (grifouse)*

12. Assim, não houve qualquer indicação do responsável que pudesse afastar as irregularidades, bem como as responsabilidades pelas quais este foi chamado, qual seja, imputação de débito solidário no valor atualizado¹³ de R\$ 15.316.491,63, ante a possibilidade de julgamento irregular de suas contas e da aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública do Distrito Federal, conforme art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c” e art. 60 da Lei Complementar nº 1/94, conforme disposto no item II, alínea “b” da Decisão nº 6.342/2016.

13. Ademais, como veremos a seguir, o Corpo Técnico destaca o seguinte trecho na análise de defesa do Município de Águas Lindas de Goiás:

78. *Com relação às condutas irregulares e negligentes por parte dos envolvidos, cabe destacar que as mesmas foram bem caracterizadas na peça exordial, oportunidade em que foi verificada “uma situação de grave afronta ao interesse público e às normas legais, **que não apontam para outro caminho a não ser o devido ressarcimento ao erário.**” Nesse contexto, justifica esclarecer que os referidos agentes*

⁹ Decisão nº 6.342/2016

¹⁰ Decreto de 20.11.2009 (DODF de 23.11.2009): “O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições (...), resolve: EXONERAR, a pedido, AUGUSTO SILVEIRA DE CARVALHO do Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-03, de Secretário de Estado, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.”

¹¹ Decreto de 1.12.2009 (DODF de 2.12.2009): “O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições (...), resolve: EXONERAR, a pedido, JOSÉ HUMBERTO PIRES DE ARAÚJO do Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-03, de Secretário de Estado, da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal.”

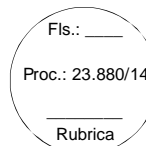
¹² Relativo à parcela única em 13.5.2009, no valor de R\$ 500.000,00 do Convênio nº 010/2009-SES/DF e às seguintes parcelas do Convênio nº 011/2009-SES/DF: 13.5.2009 (R\$ 1 milhão); 17.6.2009 (R\$ 1 milhão); 16.7.2009 (R\$ 1 milhão); 26.8.2009 (R\$ 1 milhão); 5.11.2009 (R\$ 1 milhão).

¹³ Até 23.3.2016, fl. 25



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



públicos estão respondendo pelas consequências de seus atos. (grifou-se)

14. O que se persegue por meio da citação é a aferição dos agentes que deram causa ao prejuízo apontado, imputando-lhe a responsabilidade devida. No caso do defendente, restou comprovada sua colaboração para o desfalque, restando, assim, a aplicação da penalidade na forma disposta pela Decisão nº 6.342/2016.

15. Do exposto, entendo que o Tribunal deve considerar improcedentes as alegações de defesa do Sr. Augusto Silveira de Carvalho e, por consequência, cientificá-lo, com fulcro no art. 13, § 1º da Lei Complementar nº 1/94 para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolha, solidariamente, o débito de **R\$ 18.277.826,11** (atualizados até 16.11.2017), que deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos da Lei Complementar nº 435/01, bem como seja aplicada a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública do Distrito Federal, conforme art. 60 da Lei Complementar nº 1/94.

JOSÉ HUMBERTO PIRES DE ARAÚJO – Secretário de Estado de Governo à época¹⁴ (fls. 178-197 e anexo de fls. 198-228)

16. Em síntese, o defendente apresentou os seguintes argumentos:

a) a competência do Comitê Gestor deve ser precedida pela responsabilidade da SES/DF em adotar medidas consonantes com a legislação, nos termos da IN nº 01/2005-CGDF, sendo que a inércia da referida Secretaria o impediu até mesmo de tomar conhecimento das irregularidades apuradas nos convênios (fls. 178/179);

b) indica que a unidade concedente e ordenadora da despesa do convênio era a SES/DF, tendo, por isso, a obrigação precedente de fiscalizar as prestações de contas apresentadas (fls. 179/180);

c) aludiu que este Corpo Instrutivo apurou sua responsabilidade sem conhecer os atos praticados nos autos que acompanhavam os Convênios nºs 010 e 011/2009-SES/DF (respectivamente, Processos nºs 363.000.202/2009 e 363.000.203/2009), mas por meio do Processo nº 480.000.169/2014, que é uma verdadeira colcha de retalhos (fls. 181-182);

d) o Convênio nº 010/2009-SES/DF tramitou somente uma

¹⁴ Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal e membro do Comitê Gestor, que deveria fiscalizar os Convênios nº 010 e 011/2009-SES/DF, bem como analisar a prestação de contas trimestral. Ausência de exercício dessas atribuições, não assegurando, assim, o fiel cumprimento do que foi pactuado. Convênio nº 010/2009-SES/DF e 1ª/2ª/3ª/4ª/5ª parcelas do Convênio nº 011/2009-SES/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



vez na SEG/DF, momento em que determinou que houvesse às normas de controle e programação. A despeito das liberações dos recursos financeiros, em nenhum momento o Comitê Gestor foi instado a se manifestar, o que demonstra que a SES/DF se assenhorou dos processos vinculados aos convênios (fls. 182-183);

e) Relatou períodos sem tramitação dos Processos n°s 363.000.202/2009 e 363.000.203/2009, e extravio de parte de suas páginas no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde, motivo pelo qual refuta as constatações de que agiu com “clara negligência” no acompanhamento e fiscalização dos convênios (fls. 183-184);

f) a criação de um Comitê Gestor não excluiu a obrigação legal precedente da SES/DF de instruir os processos dos convênios, cobrar suas prestações de contas, analisá-las e, somente depois, encaminhar os feitos para o referido comitê, o que não foi feito. Assim, sob o fulcro do art. 31 da IN n° 01/2005-CGDF (fls. 184-185);

g) realçou documento da própria SES/DF em que reconhece “a inexistência de setor (...) que trate da análise para aprovação da Prestação de Contas de convênios”(fls. 185-189);

h) destacou que aferição de irregularidade, inadimplência ou falta de prestação de contas e a atribuição de notificar o devedor são atos atribuídos não ao Comitê Gestor, mas à SES/DF, concedente dos recursos, conforme arts. 29 e 31 da IN n° 01/2005-CGDF e Cláusula Quinta dos convênios em debate (fls. 189-193);

i) indicou quebra de isonomia no tratamento ofertado entre o defendente e os Srs. Cláudio Vieira e José Garcia Júnior (fls. 193-194).

17. Por fim, requereu: (a) o acolhimento de sua defesa, considerando-a, no mérito, procedente; (b) o arquivamento do presente feito em relação à sua pessoa, pelos seguintes motivos: b.1. inexistência de nexo causal, dolo ou culpa do defendente para com o ato apurado nesta TCE; b.2. inexistência de obrigação legal do defendente para com os atos fora do tempo em que era parte do GDF; b.3. incumbência de acompanhamento e convocação da prestação de contas deveria ser feita pela SES/DF, sendo que esta, quando o fez, não convocou o Comitê Gestor, e, ainda, o fez quando o defendente já não era parte do GDF; (c) o deferimento de sustentação oral (fls. 196- 197).

Análise Corpo Técnico

18. Colacionam-se, por economia processual, trechos relevantes dos argumentos da unidade instrutiva:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



45. *Compulsando os autos de nº 480.000.169/2014, atesta-se que, de fato, os processos correspondentes foram movimentados internamente dentro das unidades da Secretaria de Estado de Saúde do DF. Dessa feita, não há indícios de que o Sr. José Humberto Araújo tenha tido conhecimento de quaisquer minúcias do aludido processo.*

46. *No entanto, importa considerar que, nos termos da Cláusula Quarta dos Convênios nºs 010 e 011/2009-SES/DF (fls. 50-51* e 270*, respectivamente), a execução de tal convênio “será acompanhada por um Comitê Gestor composto pelo Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal e pelo Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal, sob a presidência desse último, ao qual compete:*

a) Fiscalizar o cumprimento, pela Prefeitura de Águas Lindas de Goiás – GO, das obrigações relacionada na Cláusula Quinta;

b) Analisar a prestação de contas trimestral, referente à aplicação dos recursos do presente Convênio; (...). (Grifamos)

47. *Assim, a nosso ver, em que pese os Processos nºs 363.000.202/2009 e 363.000.203/2009 terem circulados no âmbito da SES/DF, temos que esse fato não elide a sua responsabilidade, pelos motivos a seguir explicados.*

48. *Conforme restou demonstrado, quando do firmamento do convênio em tela, o Governador do Distrito Federal designou como executor do convênio um colegiado composto pelos Secretários de Estado de Saúde e pelo de Governo, esse último ocupado pelo ora defendente.*

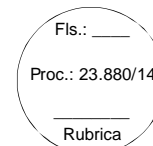
(...)

51. *Nesses termos, conforme explanado nesta Informação (§§ 26, 27, 29, 46 e 48-50), constatou-se que **não há nenhum documento que evidencie o acompanhamento e a fiscalização por parte do Comitê Gestor, o que indica clara negligência por parte dos responsáveis.** Ao contrário, verificou-se total descaso quanto ao dever de atesto ao bom e regular uso dos recursos públicos, restando claro que a competência do cargo/função desempenhada pelas então autoridades não foi exercida no momento adequado, deflagrando uma situação de grave afronta ao interesse público e às normas legais, que não apontam para outro caminho a não ser o devido ressarcimento ao erário.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



52. Por sua vez, revela notar que, dada a publicação da Portaria n° 163, de 12.08.2009 (fls. 85-86*), **deveria o defendente ter manifestado de ofício a sua preocupação quanto à ausência de providências do colegiado executor do convênio, do qual era membro designado pelo Governador do DF, mas quedou-se totalmente inerte.** Com isso, a nosso critério, assumiu os riscos inerentes à omissão das atribuições de executor de convênio, devendo, assim, ser responsabilizado pelas consequências atribuídas a sua gestão.

53. De mais a mais, não se coaduna com os argumentos de que o respectivo comitê somente teria competência para agir após as promoções de incumbência legal da unidade concedente. Em nosso entendimento, **uma vez instituído, o colegiado executor deveria fiscalizar o cumprimento das cláusulas pactuadas, respondendo as partes, no que coubesse, pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos do art. 20 da IN n° 01/2005-CGDF.**

54. Ainda, os artigos da norma supracitada, trazidos na presente defesa, regulamentam, de forma geral, as ações a serem tomadas pela concedente após a análise da prestação de contas pelos responsáveis pela execução.

55. Desta feita, temos que os presentes argumentos devem ser considerados improcedentes. Porém, conforme explanado nos §§ 31-33 desta Informação, com base em recente entendimento deste Tribunal (Decisão n° 4.421/2017, fl. 284), aos gestores públicos à época, sugere-se isenção da responsabilidade de ressarcimento. Entretanto, em virtude dos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar, deve o Plenário deliberar a respeito da aplicação de multa, nos termos do art. 57, II, da Lei Orgânica desta Corte.

56. Por fim, o gestor em questão solicitou deferimento de sustentação oral. Entendemos que não há óbice e, para tanto, se for o caso, a Corte deve dar conhecimento ao interessado da data de inclusão deste processo na pauta de julgamento, observada a antecedência mínima de 10 dias exigida no § 2º do art. 136 do RITCDF. (grifou-se)

Opinião do MPC/DF

19. Este **MPC** aquiesce as considerações do Corpo Técnico de que



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



as razões de defesa não merecem prosperar, bem como sobre não haver óbice ao pedido de sustentação oral.

20. Contudo, discordo da proposição que exime o responsável da imputação de débito, nos mesmos termos do apontado na análise anterior.

MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS¹⁵ (fls. 233-278, acompanhado do Anexo I)

21. Em síntese, o defendente apresentou os seguintes argumentos:

a) o fato do ente público ser parte dos convênios não demonstra que efetivamente a municipalidade foi beneficiada com os recursos repassados (fls. 233/235);

b) há contradição por parte da Comissão Tomadora de TCE que trouxe posicionamento majoritário jurisprudencial contrário à inclusão do Município no pólo passivo deste processo, mas que, mesmo assim, concluiu pela imputação de sua responsabilidade. A esse sentir, consignou que o ente público foi vítima dos desmandos de seus gestores, tal como foi o erário do Distrito Federal, posto que Águas Lindas não tem o poder de, por si só, prestar as contas devidas (fl. 235-237);

c) desde a celebração do ajuste e durante toda a sua execução, ficou demonstrada total desídia e falta de comprometimento para com a coisa pública, tanto pelos representantes à época da SES/DF, quanto pelos que respondiam pelo Município. Acrescentou que a solicitação para o Convênio nº 010/2009-SES/DF tramitou em diversos departamentos e áreas da Secretaria de Saúde do DF, sendo conhecido, aprovado e celebrado em apenas 02 dias (fls. 237-239);

d) não houve transição de governo da municipalidade e que grande parte da documentação não foi entregue para a equipe sucessora, bem como dados foram apagados do sistema, processos licitatórios não foram localizados e parte do patrimônio desapareceu, assim como a maioria das pessoas que trabalhavam na gestão em análise já não se encontravam no município, por se tratar de cargos de confiança (fls. 241-242);

e) Questiona a apresentação de contas parcial do Convênio nº 011/2009-SES/DF, haja vista o sumiço do processo no âmbito da SES/DF. Ainda, insurgiu-se contra a diferença entre o valor transferido no Convênio nº 010/2009-SES/DF e o verificado pela SES/DF¹⁶, indicando desvio de finalidade de

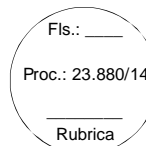
¹⁵ Signatário dos convênios nºs 010 e 011/2009-SES/DF e beneficiário dos recursos em apreço.

¹⁶ Relatório de Auditoria SES nº 115/2009 (fls. 52-56 do Processo nº 24.836/2012)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



tais recursos (fls. 243- 244);

*f) a documentação referente a procedimentos comuns para pagamento de credenciados não foi localizada, mas tão somente as ordens de pagamentos, destacando que em apenas 09 faturas foi desembolsado o montante de **R\$ 2.568.348,04**, juntadas no Bloco 02 do Anexo I, fls. 126-135 (fls. 244-245);*

g) as seguintes ordens de pagamento foram emitidas, cada uma a um único beneficiário (Anexo I, fls. 126-135): R\$ 500.000,00; R\$ 449.651,57; R\$ 387.142,35; R\$ 350.439,36 e R\$ 479.842,65, nas condições descritas no parágrafo anterior (fl. 245);

h) registrou recursos recebidos na municipalidade advindos do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde (Anexo I, fls. 136-138), na ordem de R\$ 3.887.817,63 (2009) e R\$ 4.503.143,96 (2010), que teriam os mesmos destinos dos objetos dos convênios em cheque, quais sejam, atividades diversas em toda a rede de saúde, constatando-se que não havia necessidade dos valores repassados pelo Distrito Federal (fl. 245);

i) Comentou verificações do Relatório de Auditoria SES nº 115/2009 (fls. 52-56 do Processo nº 24.836/2012), postulando irregularidades em contrato emergencial com dispensa de licitação, no valor de R\$ 502.759,83, bem como ausência de notas fiscais, de contratos e de cumprimento dos prazos e do plano de trabalho (fl. 246).

j) Alertou a respeito de recursos terem sido utilizados na folha de pagamento de servidores da educação, sendo que, no período dos convênios, Águas Lindas recebeu do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) o montante de R\$ 65.479.597,51 (Anexo I, fls. 139-140), não se justificando, mais uma vez, os recursos distritais para tais fins (fl. 247);

k) Colacionou notícias veiculadas à época (Anexo I, fls. 141-142), indicando que não houve melhorias e que os serviços públicos de saúde prestados à comunidade estavam precários, apesar dos valores recebidos, o que corrobora que os recursos não estavam sendo empregados no município (fl. 247-248);

l) Trouxe ao processo a figura do Dr. Charles, Deputado Distrital à época, envolvido em pagamento de funcionários fantasmas (Anexo I, fl. 143), a quem indicou comissionados para ocupar posições estratégicas de gerenciamento financeiro na prefeitura em análise, que foram exonerados após a divulgação das denúncias (fl. 249);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



m) Repisou a omissão da conduta dos responsáveis pela SES/DF, que nada fizeram quanto à ausência de prestação de contas, além de continuarem liberando parcelas para os Convênios nºs 010 e 011/2009-SES/DF, em afronta às normas de regência e ao estabelecido nos ajustes (fls. 249-251);

n) Expôs os detalhes procedimentais, aduzindo que os fatos foram manipulados, visando a ocultação dos ilícitos praticados pelos gestores da SES/DF e dos desvios de recursos públicos. A esse sentir, narrou as tentativas infrutíferas por parte dos órgãos de controle para localizar os processos desaparecidos (Processos nºs 363.000.202/2009 e 363.000.203/2009), salientando que, somente após cinco anos da celebração dos ajustes, o TCDF determinou a instauração de sindicância. Ainda, abordou relatos colacionados na apuração de responsabilidade, sintetizados abaixo (fls. 251-256):

“QUE REFERIDOS PROCESSOS DOS CONVENIOS TRAMITAVAM ‘EM MÃOS’ E FICAVAM SOB A ‘GUARDA’ DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO, Sr. FERNADO CLAUDIO ANTUNES’, QUE MANTINHA TAIS PROCESSOS TRANCADOS EM SEU ARMARIO, SENDO QUE TAL CONDUTA EM TOTAL AFRONTA AO INTERESSE PUBLICO NUNCA FOI AVERIGUADA E SIMPLEMENTE IGNORADA POR TODOS NA SES/DF”.

o) Abordou o Processo nº 24.836/2012, indicando os fatos que levaram o MPjTCDF a impetrar cautelar de arresto de bens, declaração de indisponibilidade de bens e anotação nas contas, medida não provida pelo Plenário. Paralelamente, salientou a apuração que tramitava na CGDF (Processo nº 480.000.169/2014), concluída somente em 2015. Nessa direção, afirmou que a morosidade para a tomada de decisões colaborou, e muito, para o desfecho dos fatos na forma como ocorreu (fls. 257-273);

p) Trouxe à baila jurisprudência no sentido de que “a responsabilidade (...) recai sobre a pessoa física do conveniente”, bem como “a imputação de débito aos estados, ao distrito federal e aos municípios apenas se justifica na hipótese de COMPROVAÇÃO de que estes entes foram beneficiados pelos recursos federais transferidos” (fls. 273-277).

22. Por fim, alegou que restou demonstrado que o Município também foi usado para concretizar um esquema de desvio de dinheiro público, requerendo: (a) a exclusão do Município de Águas Lindas de Goiás do polo passivo da presente TCE; (b) o desarquivamento do Processo nº 24.836/2012, visando a apuração das responsabilidades pelos ilícitos, de forma a responsabilizar os



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



então servidores da Secretaria de Estado de Saúde do DF que deram causa ao prejuízo; (c) o deferimento das alegações de defesa (fls. 277-278).

Análise Corpo Técnico

23. Colacionam-se, por economia processual, trechos relevantes dos argumentos da unidade instrutiva:

75. De início, cumpre ressaltar que a responsabilidade do Município de Águas Lindas de Goiás/GO foi apurada nos termos da Informação nº 117/2016 – SECONT/2ª DICONT (fls. 26- 40), tendo em vista o fato de o ente federado ter sido o beneficiário dos Convênios nºs 010 e 011/2009-SES/DF.

76. Sobre o tema, no Parecer nº 567/2016 – CF, fls. 41-63, a douta Procuradora deste Tribunal de Contas faz a seguinte exposição (fls. 55-56):

“(…)

28. Acerca da proposta de citação do Município de Águas Lindas-GO, a hipótese fática tratada nos autos é diversa daquela examinada pelo **Ministério Público de Contas no Processo n.º 20.945/2014**, em que, por meio do Parecer n.º **450/2016- CF**, o Parquet especializado, examinando o Convênio n.º 13/2009-SES, entendeu que os recursos repassados **não foram utilizados em benefício do Município de Santo Antônio do Descoberto-GO** e de sua comunidade, implicando a sugestão de afastamento da citação do ente federado.

29. Aqui, porém, os autos evidenciam que os recursos repassados foram utilizados, ainda que **de forma irregular** e em **desvio de finalidade**, pelo próprio **Município de Águas Lindas-GO**, que, desse modo, **se beneficiou do ajuste**. Corrobora a afirmativa as conclusões expressas pela própria Secretaria de Estado de Saúde, no Relatório de Auditoria n.º 115/2009 (Processo n.º **24.836/2012**), que expressamente registrou:

Concluimos que os recursos repassados pelo GDF estão sendo aplicados em finalidades não contempladas no objeto do Convênio 011/2009, tendo em vista que estão custeando atividades diversas em toda rede de saúde (Hospital, postos de saúde e demais programas) do Município de Águas Lindas, seja para custeio de medicamentos e insumos ou de serviços prestados. (Grifos do original).

30. Desse modo, diferentemente do que defendi no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



Processo n.º 20.945/2014, no caso sob exame, aquiescendo com a proposta do Corpo Técnico, o MPCDF, seguindo a linha da Decisão Normativa TCU n.º 57/2004, entende necessária a citação do Município de Águas Lindas-GO, haja vista a possibilidade ter suas contas julgadas irregulares pelo e. TCDF, nos termos do art. 17, III, “a”, da Lei Complementar n.º 1/1994 e ser compelido, solidariamente, ao ressarcimento dos danos causados ao Distrito Federal. É o que o Parquet especializado propõe ao e. Plenário. (...)”

77. Assim, o Município de Águas Lindas de Goiás/GO foi citado, visando apresentar alegações de defesa a respeito dos repasses recebidos para a reforma e a ampliação da estrutura física do Hospital Municipal Bom Jesus, bem como para o custeio para a capacitação de pessoal, contratação de serviços, aquisição de material de consumo, equipamentos e material permanente necessários ao atendimento do aludido hospital.

78. Com relação às condutas irregulares e negligentes por parte dos envolvidos, cabe destacar que as mesmas foram bem caracterizadas na peça exordial, oportunidade em que foi verificada “uma situação de grave afronta ao interesse público e às normas legais, que não apontam para outro caminho a não ser o devido ressarcimento ao erário.” Nesse contexto, justifica esclarecer que os referidos agentes públicos estão respondendo pelas consequências de seus atos.

79. Entretanto, causa espécie a situação relatada pelo representante do Município quanto ao momento de transição política, embora esses fatos, por si só, não tenham o condão de direcionar a responsabilidade para o prefeito à época. Contudo, o mesmo não se pode dizer dos argumentos espostos nos §§ 63-64¹⁷ desta Informação.

80. Compulsando as fls. 126-135 do Anexo I, verificam-se numerosos vultosos sendo pagos a pessoas físicas, sem quaisquer outros documentos que pudessem, em seu conjunto, comprovar a regularidade do gasto, tais como detalhamento da despesa, notas fiscais e atestos da

¹⁷ “63. Descreveu o procedimento comum para pagamento de credenciados, em que a administração faz um chamamento público dos interessados em prestar serviços ao município. Acrescentou que, posteriormente, é celebrado um Termo de Credenciamento Individual, cujas cláusulas estabelecem o pagamento mensal, que é processado por meio de atesto da fatura, constando no processo, também, os comprovantes de empenho e liquidação das despesas. A esse respeito, informou que nenhum desses documentos foram localizados, mas tão somente as ordens de pagamentos, destacando que em apenas 09 dessas faturas foi desembolsado o montante de R\$ 2.568.348,04, juntadas no Bloco 02 do Anexo I, fls. 126-135 (fls. 244-245). 64. Destacou as seguintes ordens de pagamento emitidas, cada uma a um único beneficiário (Anexo I, fls. 126-135): R\$ 500.000,00; R\$ 449.651,57; R\$ 387.142,35; R\$ 350.439,36 e R\$ 479.842,65, nas condições descritas no parágrafo anterior (fl. 245).”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



prestação do serviço, entre outros. Ainda, destaca-se que há cinco documentos (duas ordens de pagamento e três empenhos) referentes a um único mês, qual seja, junho de 2009, indicando que o Município de Águas Lindas de Goiás/GO gastou, no aludido mês, R\$ 1.540.696,47 em pagamento com vencimentos salariais de servidores e/ou com profissionais que prestaram serviços de saúde.

81. Adicionalmente, há que se considerar os repasses mencionados nesta defesa, advindos do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde e do FUNDEB (fls. 136-140 do Anexo I), vez que o fato de a administração à época receber numerários relevantes de várias fontes para as mesmas despesas (FUNASA = R\$ 8.390.961,59 e FUNDEB = R\$ 65.479.597,51, além dos repasses em comento) aumenta substancialmente a necessidade de comprovar a correta aplicação dos recursos distritais.

82. A esse sentir, impende salientar as reportagens da época, acostadas às fls. 141-143 do Anexo I, que relatam que, em que pese a cidade ser beneficiária de recursos financeiros para a saúde pública, a infraestrutura básica estava extremamente precária e deficiente. Ainda, ressoa necessário ponderar o esquema de corrupção investigado pelo MPDFT sobre desvios de recursos referentes ao Convênio nº 011/2009-SES/DF.

83. Nessa seara, cabe rememorar os fatos apurados no âmbito do Processo nº 24.836/2012. Nos aludidos autos, foi atestado o sumiço de todos os processos que acompanhavam a execução dos convênios em tela (Processos n.ºs 363.000.203/2009 e 060.011.043/2009, referentes ao Convênio n.º 11/2009, e 363.000.202/2009, referente ao Convênio n.º 10/2009), fato incomum que nos causa surpresa.

84. Naquela oportunidade, o MPJTCD requereu a necessidade de audiência do Sr. Fernando Cláudio Antunes Araújo, então Secretário-Adjunto de Gestão, para que se manifestasse a respeito das denúncias de irregularidade envolvendo a sua atuação (manutenção dos processos trancados em armário e informalidade na tramitação dos processos). No entanto, no voto-condutor da Decisão nº 5.712/2014, o Conselheiro Relator entendeu que “o desaparecimento dos processos administrativos que tratam dos ajustes não pôde ser efetivamente solucionado, estando em andamento medidas necessárias à reconstrução dos autos.”

85. Com as vênias devidas, temos que a situação abordada pelo defendente às fls. 241-256, bem como os documentos juntados às fls. 126-143 do Anexo I, denotam uma realidade



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



que se faz conveniente com um desaparecimento dos aludidos autos. Ou seja, as evidências de desvio dos recursos distritais perpetrado pelo ente público se dissipam diante do sumiço dos aludidos processos, tornando-se, a nosso ver, um elemento impeditivo para o conhecimento das ilegalidades.

86. Nesse momento, temos como importante revisitar o debate que deslindou na citação dos entes públicos, em autos diversos, como responsáveis solidários dos repasses distritais na forma de convênio.

87. Compulsando os autos nº 20.945/2014, verifica-se que o MPJTCDF opinou pela exclusão da citação do Município de Santo Antônio do Descoberto por irregularidades em repasse recebido para a reforma do hospital local, o que foi seguido por parte do Plenário. No entanto, pelo voto de desempate do Senhor Presidente, prevaleceu o entendimento constante da Declaração de Voto do Conselheiro Paulo Tadeu (Decisão nº 3.273/2016), que observou:

“Com intuito de esclarecer melhor a questão, entendo ser essencial a oitiva também, nesse momento, do Município Santo Antônio do Descoberto/GO”.

88. Já o decidido no bojo do Processo nº 29.950/2014 seguiu os mesmos rumos, qual seja, citação do ente federado para apresentar alegações de defesa quanto a recursos recebidos para manutenção da rede de saúde do Município de Santo Antônio do Descoberto. Nada obstante, o representante legal da referida prefeitura não apresentou defesa, o que fez perdurar a sua responsabilidade.

89. De modo diametralmente oposto, no presente processo, conforme explanado no § 85 desta Informação, os documentos juntados às fls. 126-143 do Anexo I evidenciam uma situação de dilapidação de recursos distritais, que foi encoberto pelo desaparecimento dos processos correlatos. Ainda, poderíamos ter elementos que contestassem o apresentado pelo Município em comento, mas o Sr. Geraldo Messias Queiroz, Prefeito de Águas Lindas de Goiás à época, não se dignou a apresentar a sua defesa.

90. Assim, em que pese o exposto no § 76 desta Instrução, temos que o referido posicionamento não pode sobrepujar as evidências apresentadas nesta defesa. Assim, somos por que se exclua, excepcionalmente, o Município de Águas Lindas de Goiás/GO do polo passivo desta TCE, aplicando, por sua vez, os entendimentos esposados no Acórdão 137/1999 e na Decisão Normativa nº 57/2004, ambos do c. Tribunal de Contas da União, a seguir transcritos:

“ACÓRDÃO 137/1999 - SEGUNDA CÂMARA:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de responsabilidade dos Srs. João Ruy de Queiroz Pinheiro, Sidnei Paulo Barbosa Neves e Hércules Bassalo Antunes, instaurada em razão da gestão irregular de recursos repassados pela União, a título de subvenção social, à Sociedade Educacional Santa Terezinha, no valor de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros), em 26.12.90.

Considerando que, cientificados do teor do Acórdão nº 146/97 - TCU - 2ª Câmara, os responsáveis vieram tempestivamente interpor o competente Recurso de Reconsideração;

Considerando, todavia, que na peça recursal limitaram-se a afirmar que a responsabilidade deveria recair sobre a pessoa jurídica Sociedade Educacional Santa Terezinha;

Considerando o entendimento desta Corte de Contas exarado na Sessão Plenária Sigilosa de 26.11.91 (Anexo II da Ata nº 57/91 - Plenário), no sentido de que o responsável pela correta aplicação dos recursos, por força do disposto no Decreto-lei nº 200/67, é sempre a pessoa física e não a pessoa jurídica à qual ele se vincula ou se vinculou à época do recebimento das verbas;

Considerando os pareceres emitidos nos autos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fulcro nos arts. 32 e 33 da Lei nº 8.443/92, em conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelos Srs. João Ruy de Queiroz Pinheiro, Sidnei Paulo Barbosa Neves e Hércules Bassalo Antunes para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se, em seus exatos termos, o Acórdão nº 146/97 - TCU - 2ª Câmara.” (grifamos)

“DECISÃO NORMATIVA Nº 57, DE 5 DE MAIO DE 2004

Regulamenta a hipótese de responsabilização direta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de transferência de recursos públicos federais.

(...)

Art. 1º Nos processos de Tomadas de Contas Especiais relativos a transferências de recursos públicos federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou a entidades de sua administração, as unidades técnico-executivas competentes verificarão se existem indícios



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



de que esses entes da federação se beneficiaram com a aplicação irregular dos recursos.

Art. 2º Configurada a hipótese de que trata o artigo anterior, a unidade técnicoexecutiva proporá que a citação seja feita também ao ente político envolvido, na pessoa do seu representante legal, solidariamente com o agente público responsável pela irregularidade.

Art. 3º Caso comprovado que o ente federado se beneficiou pela aplicação irregular dos recursos federais transferidos, o Tribunal, ao proferir o julgamento de mérito, condenará diretamente o Estado, o Distrito Federal ou o Município, ou a entidade de sua administração, ao pagamento do débito, podendo, ainda, condenar solidariamente o agente público responsável pela irregularidade e/ou cominar-lhe multa. (...)” (grifamos)

91. Portanto, a nosso sentir, as alegações de defesa em apreço devem ser consideradas procedentes pelo Plenário. (grifou-se)

Opinião do MPC/DF

*24. O **MPC** discorda do Corpo Técnico quanto à exclusão do Município de Águas Lindas de Goiás do polo passivo desta TCE.*

*25. Conforme indicado no Parecer nº 567/2016-CF, a citação do Município ocorreu porque “os autos evidenciam que os recursos repassados foram utilizados, ainda que **de forma irregular** e em **desvio de finalidade**, pelo próprio **Município de Águas Lindas-GO**, que, desse modo, **se beneficiou do ajuste**”.*

26. Quanto ao tema, faço questão de trazer à colação o seguinte trecho de importância do Parecer nº 894/2014-CF, emitido no bojo do Processo nº 24.836/2012:

*“(…) demonstram que a deliberada ausência de constituição do Comitê Gestor gerou enorme prejuízo aos cofres distritais, conforme **relatado pela Equipe de Auditoria da SES quanto ao Convênio nº 11/2009** (f. 52/54):*

- o valor do Convênio nº 11/2009, firmado em 02.04.09, já havia sido ultrapassado e que toda a contrapartida do conveniente foi gasta com combustível, manutenção de serviços e veículos – R\$ 360 mil;*
- R\$ 380 mil foram pagos a título de folha de pagamento sem comprovação;*
- houve dispensa de licitação para compra de*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



medicamentos em Águas Lindas-GO no valor de mais de R\$ 500 mil;

- **ausência de comprovação da contrapartida;**
- **ausência de comprovação de aquisição de equipamentos em mais de R\$ 200 mil;**
- **pagamento de pessoal contratado antes da vigência do Convênio;**
- **apenas 6,5% dos serviços pagos foram contratados após a vigência do ajuste;**
- **ausência de manutenção dos recursos em caderneta de poupança ou fundo de investimento em instituição financeira oficial;**
- **mais de R\$ 900 mil pagos a maior a título de folha de pagamento do Hospital Bom Jesus;**
- **pagamento de servidores lotados na Secretaria de Educação Municipal.**

Em relação ao **Convênio nº 10/2009**: firmado em 02.04.09, **ainda não havia sido executado à espera da liberação do projeto da obra, embora os recursos tivessem sido repassados em 14.05.09** (f. 55).

A conclusão foi de que os recursos “estão sendo aplicados em finalidades não contempladas” no Convênio nº 11/2009 e as metas previstas no Plano de Trabalho não estão sendo cumpridas, o que ensejaria a retenção dos valores a serem repassados ou a rescisão do ajuste (f. 55).”

27. Assim, verifica-se que a auditoria realizada pela SES/DF identificou, à época, o uso do convênio para pagamento de outras despesas da Secretaria que não estavam abarcadas pelo objeto do convênio.

28. Ademais, a utilização dos recursos oriundos do convênio é informada pelo próprio Município em sua defesa, conforme dispõe o seguinte trecho (fl. 244):

“Ademais Excelência, após varredura realizada nos Balancetes municipais da Gestão 2009/2012 localizados na Controladoria Interna deste Município, **foram localizadas “ordens de pagamentos” a terceiros/credenciados/prestadores de serviços durante o período do convênio**, no entanto, algumas dessas ordens de serviços, chama atenção pelos valores nelas especificados, por tratarem de grandes quantias, sendo que o somatório de apenas 09 (nove) delas demonstram o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



desembolso de R\$ 2.568.348,04 (dois milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, trezentos e quarenta e oito reais e quatro centavos) **debitados da Conta Corrente 12737-X do Banco do Brasil – Conta do Convênio nº 011/09.**”

29. O que se depreende da afirmação é que pagamentos foram feitos **utilizando recursos da conta do convênio em análise**, conforme aferido nos Balancetes do Município, o que afasta a afirmação de que as despesas da saúde municipal estariam cobertas por recursos recebidos do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde.

30. Diversas outras ordens de pagamento foram acostadas no Anexo I (fls. 1/135) que acompanhou a defesa, também indicando a utilização dos recursos da Conta do Convênio em epígrafe.

31. As razões das despesas são diversas, conforme histórico das Ordens de Pagamento, como: “liquidação de despesa com acerto de contas de restituições trabalhistas do servidor público municipal da Secretaria Municipal de Saúde deste Município” (fl. 10); “pagamento de despesa com prestação de serviço credenciado como técnico de enfermagem na Secretaria de Saúde, referente ao mês de fevereiro de 2010” (fl. 11); “parte da liquidação da despesa com credenciamento de prestação de serviços técnicos de enfermagem, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de saúde, realizando plantões no Hospital Municipal, no período de 04.01.2010 a 31.12.2010, de acordo com as normas do presente instrumento e Lei Federal 8.666/93”.

32. Assim, conforme indicado na motivação da citação, ainda que a despesa tenha ocorrido de **forma irregular** ou em **desvio de finalidade**, verifica-se que o recurso do convênio foi utilizado em favor do Município, conforme Ordens de Pagamento acostadas aos autos.

33. Também merece destaque que as ordens de pagamentos evidenciam o CPF/CNPJ do beneficiário do recurso. Dessa forma, há a indicação do valor, da razão da despesa (histórico da despesa), do beneficiário (CPF/CNPJ) e da origem do recurso (débito na conta do convênio).

34. Assim, não há óbice para que o Município haja em favor da identificação de possíveis irregularidades ocorridas com as despesas, buscando futuro ressarcimento, pois a análise aqui disposta não se propõe a aferir a regularidade procedimental da despesa, mas apenas o seu uso pelo Município.

35. Do exposto, entendo que o Tribunal deve considerar improcedentes as alegações de defesa do Município de Águas Lindas de Goiás – GO e, por consequência, cientificá-lo, com fulcro no art. 13, § 1º da Lei Complementar nº 1/94 para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolha, solidariamente, o débito de R\$ 26.478.720,27 (atualizados até 16.11.2017), que deverá ser



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos da Lei Complementar nº 435/01.

Conclusões do Corpo Técnico

36. O CT entendeu como **improcedentes** as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. **Augusto Silveira de Carvalho** e **José Humberto Pires de Araújo**, e procedentes as alegações expostas pelo **Município de Águas Lindas de Goiás** sejam consideradas procedentes pelo Plenário.

37. Em relação ao Srs. **Geraldo Messias Queiroz**, Prefeito de Águas Lindas de Goiás à época da assinatura e execução dos Convênios nº 010 e 011/2009-SES/DF, e **Joaquim Carlos da Silva de Barros Neto**, Secretário de Estado de Saúde no período de 10.12.2009 a 09.06.2010, aponta que não houve apresentação de defesa, devendo, assim, serem considerados revéis, nos termos do art. 13, § 3.º, da LC nº 1/1994.

38. Em relação aos Srs. Srs. **Augusto Silveira de Carvalho**, **José Humberto Pires de Araújo** e **Joaquim Carlos da Silva de Barros Neto**, solicita a aplicação do entendimento firmado na (Decisão nº 4.421/2017, fl. 284), qual seja, que deixem os senhores acima de ser responsáveis pelo ressarcimento. Entretanto, em virtude dos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar, sugere ao Plenário deliberar a respeito da aplicação de multa, nos termos do art. 57, II, da Lei Orgânica desta Corte.

Sugestões do Corpo Técnico

39. Por fim, após a análise das justificativas apresentadas, o Corpo Técnico sugeriu ao e. Plenário:

I. tome conhecimento:

a) das defesas acostadas às fls. 157-175 e 178-197 (anexo de fls. 198-228), para, no mérito, considerá-las improcedentes;

b) da defesa de fl. 233-278 (acompanhado do Anexo I), dando procedência aos seus argumentos;

II. de acordo com o artigo 13, § 3º, da Lei Complementar nº 01/94, considere revéis os responsáveis mencionados no § 94 desta Informação;

III. com fulcro no artigo 17, inciso III, alínea “a”, da Lei Complementar nº 01/1994, julgue irregulares as contas do Sr. **Geraldo Messias de Queiroz**, Prefeito à época da assinatura e execução dos Convênios nºs 010/2009-SES/DF e 011/2009-SES/DF, em virtude da omissão do dever de prestar contas dos recursos recebidos por meio de tais convênios, notificando-o, por conseguinte, para que, com



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



*base nos artigos 20 e 26 da mesma norma legal, recolha aos cofres distritais, em 30 (trinta) dias, a quantia de **R\$ 26.478.720,27** (atualizados até 16.11.2017);*

IV. delibere:

a) quanto à aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública do Distrito Federal para o responsável supra mencionado, conforme o art. 60 da Lei Complementar nº 1/1994;

*b) a respeito da aplicação de multa, nos termos do art. 57, II, da Lei Orgânica desta Corte, aos Srs. **Augusto Silveira de Carvalho, José Humberto Pires de Araújo e Joaquim Carlos da Silva de Barros Neto**, respectivamente, Secretário de Estado de Saúde (período da assinatura do ajuste até 23.11.2009), Secretário de Estado de Governo e Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal (período de 10.12.2009 a 9.6.2010), em virtude dos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar, nos termos da Decisão nº 4.421/2017;*

V. autorize a devolução do feito à Secretaria de Contas para as providências de estilo.

*40. Resumidamente, este **MPC** entendeu, em acordo com o Corpo Técnico, improcedentes as alegações de defesa dos Srs. **AUGUSTO SILVEIRA DE CARVALHO** e **JOSÉ HUMBERTO PIRES DE ARAÚJO**. Contudo, discordamos do Corpo Técnico quanto ao afastamento do prejuízo imputado aos responsáveis.*

*41. Quanto ao **MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO**, discordamos do Corpo Técnico quanto à sua retirada no polo passivo desta TCE.*

*42. Em relação aos Srs. **GERALDO MESSIAS DE QUEIROZ** e **JOAQUIM CARLOS DA SILVA DE BARROS NETO**, acompanho o Corpo Técnico quanto à indicação de revelia. No entanto, discordamos da unidade instrutiva quanto ao afastamento do prejuízo imputado ao Sr. Joaquim Carlos da Silva de Barros Neto.*

43. Assim, os responsáveis devem ser cientificados para recolhimento do montante do prejuízo apurado, sob pena de terem suas contas julgadas irregulares.

*44. Em face do exposto, **parcialmente divergente** com o Corpo Técnico, o Ministério Público de Contas sugere ao e. Plenário:*

I. tome conhecimento das defesas acostadas às fls. 157-175, 178-197 (anexo de fls. 198-228) e 233-278 (acompanhado do Anexo I), para, no mérito, considerá-las improcedentes;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



*II. de acordo com o artigo 13, § 3º, da Lei Complementar nº 01/94, considere revêis os Srs. **Geraldo Messias Queiroz** e **Joaquim Carlos da Silva de Barros Neto**;*

III. na forma do art. 13, § 1º, da Lei Complementar nº 01/1994, ciente:

a) o **Sr. AUGUSTO SILVEIRA DE CARVALHO** para, no prazo de 30 dias, recolher, solidariamente, o montante atualizado no valor de **R\$ 18.277.826,11** (atualizados até 16.11.2017), recalculado na data da efetiva quitação, nos termos da Lei Complementar nº 435/2001, sob pena de ter suas contas julgadas irregulares, nos termos do art. 17, III, “b” e “c” da LC 01/94;

b) o **Sr. JOSÉ HUMBERTO PIRES DE ARAÚJO** para, no prazo de 30 dias, recolher, solidariamente, o montante atualizado no valor de **R\$ 18.277.826,11** (atualizados até 16.11.2017), recalculado na data da efetiva quitação, nos termos da Lei Complementar nº 435/2001, em face da ausência de comprovação da execução dos serviços, sob pena de ter suas contas julgadas irregulares, nos termos do art. 17, III, “b” e “c” da LC 01/94;

c) o **Sr. GERALDO MESSIAS DE QUEIROZ** para, no prazo de 30 dias, recolher, solidariamente, o montante atualizado no valor de **R\$ 26.478.720,27** (atualizados até 16.11.2017), recalculado na data da efetiva quitação, nos termos da Lei Complementar nº 435/2001, em face da ausência de comprovação da execução dos serviços, sob pena de ter suas contas julgadas irregulares, nos termos do art. 17, III, “b” e “c” da LC 01/94;

d) o **Sr. JOAQUIM CARLOS DA SILVA DE BARROS NETO** para, no prazo de 30 dias, recolher, solidariamente, o montante atualizado no valor de **R\$ 8.200.894,16** (atualizados até 16.11.2017), recalculado na data da efetiva quitação, nos termos da Lei Complementar nº 435/2001, em face da ausência de comprovação da execução dos serviços, sob pena de ter suas contas julgadas irregulares, nos termos do art. 17, III, “b” e “c” da LC 01/94;

e) o **MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO** para, no prazo de 30 dias, recolher, solidariamente, o montante atualizado no valor de **R\$ 26.478.720,27** (atualizados até 16.11.2017), recalculado na data da efetiva quitação, nos termos da Lei Complementar nº 435/2001, em face da ausência de comprovação da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



execução dos serviços, sob pena de ter suas contas julgadas irregulares, nos termos do art. 17, III, “b” e “c” da LC 01/94.

IV. delibere:

*c) quanto à aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública do Distrito Federal, aos **Srs. Augusto Silveira de Carvalho, José Humberto Pires de Araújo, Geraldo Messias de Queiroz e Joaquim Carlos da Silva de Barros Neto**, conforme o art. 60 da Lei Complementar nº 1/1994;*

*d) a respeito da aplicação de multa, nos termos do art. 57, II, da Lei Orgânica desta Corte, aos **Srs. Augusto Silveira de Carvalho, José Humberto Pires de Araújo, Geraldo Messias de Queiroz e Joaquim Carlos da Silva de Barros Neto**, em virtude dos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar, nos termos da Decisão nº 4.421/2017;*

V. autorize a devolução do feito à Secretaria de Contas para as providências de estilo.”

SUSTENTAÇÃO ORAL

11. O representante legal do Sr. José Humberto Pires de Araújo (Secretário de Estado de Governo à época – membro do Comitê Gestor responsável pela fiscalização dos convênios), Dr. Walter José Faiad de Moura (OAB/DF 17.390), realizou a sustentação oral das alegações de defesa de seu cliente na Sessão Ordinária de 26.4.2018.

12. Naquela oportunidade, o Tribunal determinou o retorno dos autos ao meu Gabinete para elaboração do Voto **stricto sensu** (Decisão nº 1.933/18-CPM, fl. 371).

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



VOTO

13. Nesta fase, após a realização de sustentação oral na Sessão de 26.4.2018⁵, examinam-se as alegações de defesa apresentadas em atenção à Decisão nº 6.342/16-CPM, em face de possíveis prejuízos decorrentes de irregularidades na execução e prestação de contas dos Convênios nºs 010/2009-SES/DF⁶ e 011/2009-SES/DF⁷.

14. O Corpo Técnico sugere a revelia de alguns responsáveis, a procedência de uma resposta e a improcedência das demais, com julgamento pela irregularidade das contas, imputação de débito e aplicação de multa, conforme tabela a seguir:

Responsável	Providência
Geraldo Messias de Queiroz , Prefeito do Município de Águas Lindas de Goiás (GO) à época da celebração e signatário dos Convênios nºs 10/2009 e 11/2009.	Revelia, irregularidade das contas, imputação de débito e deliberação acerca da aplicação da penalidade de inabilitação para o cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública do Distrito Federal.
Augusto Silveira de Carvalho , membro e Presidente do Comitê Gestor e Secretário de Estado de Saúde do DF no período da celebração e do início da execução dos Convênios nºs 10/2009 e 11/2009, além de ter sido um de seus signatários.	Improcedência da defesa apresentada e deliberação sobre a aplicação de multa por grave infração à normal legal ou regulamentar, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94
José Humberto Pires de Araújo , membro do Comitê Gestor e Secretário de Estado de Governo do DF à época da celebração dos Convênios nºs 10/2009 e 11/2009.	Improcedência da defesa apresentada e deliberação sobre a aplicação de multa por grave infração à normal legal ou regulamentar, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94
Joaquim Carlos da Silva de Barros Neto , Secretário de Estado de Saúde do DF no período final de execução dos Convênios nº 10/2009 e 11/2009.	Revelia e deliberação sobre a aplicação de multa por grave infração à normal legal ou regulamentar, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94
Representante legal do Município de Águas Lindas de Goiás (GO) .	Procedência da defesa apresentada.

15. O **Parquet** especializado, por sua Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, opina pela improcedência de **todas** defesas, pela imputação solidária do débito e por deliberação acerca da

⁵ O Dr. Walter José Faiad de Moura (OAB/DF nº 17.390) sustentou oralmente as alegações de defesa do seu cliente, Sr. José Humberto Pires de Araújo.

⁶ O **Convênio nº 010/2009-SES/DF** (fls. 50/57 do processo apenso), no valor de R\$ 500.000,00, foi celebrado em **2.4.2009**, tendo por objeto a reforma e ampliação, para adequação da estrutura física do Hospital Municipal Bom Jesus, com vigência de 12 (doze) meses (**16.4.2009 a 17.4.2010**). O Distrito Federal repassou, em **13.5.2009**, o montante de **R\$ 500.000,00** (valor original), fl. 74 do processo apenso.

⁷ O **Convênio nº 011/2009-SES/DF** (fls. 269/277 do processo apenso), no valor de R\$ 12.000.000,00, foi celebrado em **2.4.2009**⁷, tendo por objeto o custeio para a capacitação de pessoal, contratação de serviços, aquisição de material de consumo, equipamentos e material permanente, necessários ao atendimento do Hospital Municipal de Águas Lindas de Goiás, com vigência de 12 (doze) meses (**16.4.2009 a 17.4.2010**). O Distrito Federal repassou o montante total de **R\$ 7.652.894,37** (valor original), fls. 204/211 do processo apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



aplicação de multa e da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública do Distrito Federal.

16. Passa-se à apreciação da matéria.

17. Inicialmente, faz-se necessária uma breve contextualização dos fatos, destacando, desde já, divergência quanto ao julgamento dos argumentos do Sr. José Humberto Pires de Araújo, Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal no período de 1º.1.2007 a 2.12.2009.

18. Os Convênios nºs 010/2009-SES/DF (R\$ 500.000,00) e 011/2009-SES/DF (R\$ 12.000.000,00) tiveram como signatários os Srs. **José Roberto Arruda** (então Governador do Distrito Federal), **Augusto Silveira de Carvalho** (então Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal) e **Geraldo Messias de Queiroz** (então Prefeito de Águas Lindas de Goiás - GO).

19. De acordo com o pactuado nos convênios, o Distrito Federal faria transferências no valor total de **R\$ 12.500.000,00** (doze milhões e quinhentos mil reais). Em razão da mútua cooperação, o Município de Águas Lindas de Goiás (GO) arcaria com investimentos no montante de **R\$ 375.000,00** (trezentos e setenta e cinco mil reais), destinados ao planejamento, licitação e realização das obras previstas (fls. 51 e 271 do Processo nº 480.000.169/14).

20. Os ajustes tinham por **objeto** a reforma e ampliação da estrutura física do Hospital Municipal Bom Jesus (Convênio nº 010/2009-SES/DF), bem como a capacitação de pessoal, contratação de serviços, aquisição de material de consumo, equipamentos e material permanente necessários ao atendimento do Hospital Municipal de Águas Lindas de Goiás (Convênio nº 011/2009-SES/DF).

21. As avenças previam a constituição de um **Comitê Gestor** com o objetivo de acompanhar a execução dos convênios, fiscalizando o cumprimento das obrigações conveniadas, analisando trimestralmente a prestação de contas referente à aplicação dos recursos. Contudo, o grupo gestor só foi instituído e os seus membros designados⁸ em **12.8.2009**, ou seja,

⁸ O Comitê Gestor, instituído para acompanhar a execução, além do convênio em tela, de outros celebrados pela Secretaria de Estado de Saúde (Convênios nºs 12 e 13/2009). Sua designação se deu em 12.8.2009 pela Portaria nº 163/2009, publicada no DODF de 17.8.2009, consoante fls. 84/86 do Processo nº 480.000.169/14. Era composto pelo Sr. Augusto Carvalho, Secretário de Estado de Saúde, seu Presidente; José Humberto Pires de Araújo, Secretário de Estado de Governo; José Garcia Ribeiro Júnior, do Fundo de Saúde do Distrito Federal/SES; e Cláudio Ferreira Campos Vieira, da Subsecretaria



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



3 (três) meses após a transferência da primeira parcela efetuada em **13.5.2009**⁹.

22. Após a execução parcial do convênio, constatou-se, por meio de Auditoria Especial realizada pela Secretaria de Estado de Saúde do DF, a **ausência de prestação de contas** dos valores repassados em relação ao Convênio nº 10/2009 (fl. 153 do processo apenso), ensejando a suspensão das transferências no início de 2010.

23. Entretanto, oito parcelas – totalizando o valor de **R\$ 8.152.894,30**¹⁰ (oito milhões, cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais e trinta centavos) – já haviam sido repassadas pelo Distrito Federal ao Município, que não demonstrou o aporte dos recursos de contrapartida (R\$ 375.000,00).

24. Em **11.8.2014**, foram instauradas as presentes contas especiais para apurar os potenciais prejuízos decorrentes das irregularidades verificadas na execução dos convênios.

25. Foi apontado como prejuízo o valor original efetivamente repassado pelo Distrito Federal: **R\$ 8.152.894,30** (oito milhões, cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais e trinta centavos). Por meio da Decisão nº 6.342/16-CPM¹¹ (fl. 102), determinou-se a citação dos

de Programação, Regulação, Avaliação e Controle/SES. Posteriormente, a Portaria nº 42, de 6.4.2010, designou novos integrantes ao Comitê.

⁹ A primeira parcela dos recursos foi transferida em 13.5.2009, conforme consta da fl. 74 do referido processo.

¹⁰ Fls. 202/209 do processo apenso

PARCELAS	VALORES	DATAS
Integral (Convênio nº 10/2009)	R\$ 500.000,00	13.5.2009
1ª (Convênio nº 11/2009)	R\$ 1.000.000,00	13.5.2009
2ª (Convênio nº 11/2009)	R\$ 1.000.000,00	17.6.2009
3ª (Convênio nº 11/2009)	R\$ 1.000.000,00	16.7.2009
4ª (Convênio nº 11/2009)	R\$ 1.000.000,00	26.8.2009
5ª (Convênio nº 11/2009)	R\$ 1.000.000,00	5.11.2009
6ª, 7ª e 8ª (Convênio nº 11/2009)	R\$ 1.652.894,37	19.1.2010
9ª (Convênio nº 11/2009)	R\$ 1.000.000,00	2.2.2010
TOTAL	R\$ 8.152.894,30	

¹¹ **DECISÃO Nº 6342/16-CPM:** “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, com o qual concorda a Revisora, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, decidiu: I – tomar conhecimento da Tomada de Contas Especial objeto do Processo nº 480.000.169/14; II – autorizar, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94, a citação do: a) do Município e do responsável nominados no parágrafo 28 do relatório/voto do Relator para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de defesa ou recolham, solidariamente, o montante de R\$ 22.164.238,37 (atualizado até 23.3.2016, fl. 25), em virtude da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por meio dos Convênios nºs 010/2009-SES/DF e 011/2009-SES/DF, ante a possibilidade de julgamento irregular de suas contas e da aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública do Distrito Federal, conforme do art. 17, inciso III, alínea “a” e art. 60 da Lei Complementar nº 1/94; b) dos responsáveis nominados no parágrafo 35 do relatório/voto do Relator para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de defesa ou recolham, solidariamente



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



seguintes responsáveis:

Geraldo Messias de Queiroz , Prefeito do Município à época da celebração e signatário dos Convênios nºs 10/2009 e 11/2009	-
Augusto Silveira de Carvalho , Presidente do Comitê Gestor e Secretário de Estado de Saúde no período da celebração e do início da execução dos Convênios nºs 10/2009 e 11/2009, além de ter sido um de seus signatários.	Defesa de fls. 157/175
José Humberto Pires de Araújo , membro do Comitê Gestor e Secretário de Estado de Governo à época da celebração dos Convênios nºs 10/2009 e 11/2009.	Defesa de fls. 178/228 e sustentação oral realizada em 26.4.2018
Joaquim Carlos da Silva de Barros Neto , Secretário de Estado de Saúde no período de 10.12.2009 a 9.6.2010, final de execução dos Convênios nº 10/2009 e 11/2009.	
Representante legal do Município de Aguas Lindas de Goiás	Defesa de fls. 233/278

26. O prejuízo aos cofres distritais é indiscutível, pois **não houve prestação de contas** dos recursos repassados, em grave afronta à Constituição Federal (art. 70, parágrafo único¹²), conforme informado pela Gerência de Convênios da Secretaria de Estado de Saúde (fl. 396 do Processo nº 480.000.169/14).

27. Ressalta-se que o dever de prestar contas é corolário lógico-jurídico da administração de bens ou interesses de terceiros. Esse dever é potencializado quando se trata da utilização de recursos públicos, de acordo com o parágrafo único do art. 77 da Lei Orgânica do DF, com a redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 80/14, que assim prescreve:

com o Município e o responsável indicados na alínea "a", o montante de R\$ 15.316.491,63 (atualizado até 23.3.2016, fl. 25), em virtude da ausência de fiscalização da execução dos Convênios nºs 010/2009-SES/DF e 011/2009-SES/DF, bem como da liberação de valores subsequentes sem que fossem apresentadas pelo Município as prestações de contas trimestrais exigidas, ante a possibilidade de julgamento irregular de suas contas e da aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública do Distrito Federal, conforme art. 17, inciso III, alíneas "b" e "c" e art. 60 da Lei Complementar nº 1/94; c) do responsável nominado no parágrafo 37 do relatório/voto do Relator para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente razões de defesa ou recolta, solidariamente com o Município e o responsável indicados na alínea "a", o montante de R\$ 6.847.746,74 (atualizado até 23.3.2016, fl. 25), em virtude da ausência de fiscalização da execução dos Convênios nºs 010/2009-SES/DF e 011/2009-SES/DF, bem como da liberação de valores subsequentes sem que fossem apresentadas pelo Município as prestações de contas trimestrais exigidas, ante a possibilidade de julgamento irregular de suas contas e da aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública do Distrito Federal, conforme do art. 17, inciso III, alíneas "b" e "c" e art. 60 da Lei Complementar nº 1/94; III – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão aos responsáveis indicados no inciso II, para subsidiar o cumprimento da diligência; b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para a adoção das providências pertinentes."

¹² Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



“Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.”

28. No tocante aos esclarecimentos prestados pela Prefeitura Municipal de Águas Lindas de Goiás, observa-se que houve a efetiva transferência de valores para a conta do Município¹³. Contudo, não constam dos autos a indispensável prestação de contas da quantia recebida. Nem mesmo os extratos bancários da conta específica destes convênios foram juntados.

29. A alegação do município de que houve **prestação de contas parcial** em 2009 (fls. 243/244) não pode ser acolhida, haja vista a manifestação exarada em 8.7.2013 pela Gerência de Convênios da Secretaria de Estado de Saúde do DF afirmando que *“não consta em nossos registros documentos referentes à prestação de contas”* referida (fl. 396 do processo apenso).

30. No caso em apreço, segundo penso, a responsabilidade não deve ser atribuída à municipalidade, haja vista que não se averiguou nenhuma melhoria concreta nos serviços públicos prestados à comunidade. É dizer: em que pese a transferência dos recursos tenha ocorrido na forma pactuada, não há comprovação de sua aplicação em benefício da coletividade, de modo que a falta de comprometimento com a coisa pública perpetrada pelos ex-gestores não pode ser transferida à Prefeitura Municipal de Águas Lindas de Goiás, sob pena de a municipalidade vir a ser considerada inadimplente e, conseqüentemente, ficar inabilitada (CADIN) a celebrar novos convênios, em prejuízo de sua população.

31. Com efeito, a responsabilidade pelo ressarcimento só deve recair sobre o município quando a utilização de recursos, com desvio de finalidade, gere benefícios a essa pessoa jurídica de direito público.

32. Em recente deliberação, o Tribunal de Contas da União – TCU, por meio Acórdão nº 2363/2018-2ª Câmara, de 10.4.2018, da Relatoria do i. Min. MARCOS BEMQUERER, firmou entendimento no sentido de que *“a transferência de recursos da conta específica de convênio para conta bancária de titularidade da prefeitura não é suficiente para demonstrar que o município ou a coletividade se beneficiaram dos recursos federais repassados, e, conseqüentemente, para ensejar a responsabilidade do ente federado conveniente pela não aplicação dos recursos na finalidade*

¹³ Banco do Brasil, Agência nº 4590-X, Conta Corrente nº 12.737-X (fls. 203/211 do apenso).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



*pactuada*¹⁴.

33. Assim, somente deve ocorrer a responsabilização do município beneficiário de transferência de recursos na hipótese de existir comprovação inequívoca de que ele auferiu benefício decorrente da irregularidade cometida; ao contrário, a responsabilidade pelo dano é **exclusiva do agente público** (Prefeito). Portanto, são **procedentes** as justificativas da representante legal do Município de Águas Lindas de Goiás (fls. 233/278 e Anexo I).

34. Este raciocínio não se aplica ao Sr. **Geraldo Messias de Queiroz** (Prefeito à época dos fatos). Por ter-se mantido silente ante a citação autorizada pela Decisão nº 6.342/16-CPM, o referido responsável deve ser considerado revel, nos termos do art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 1/94¹⁵.

35. A revelia não é absoluta e nem sempre os seus efeitos devem ser entendidos como a realidade incontestada. Entretanto, na presente situação, ante a **ausência de prestação de contas** e da revelia do responsável em apresentá-la quando intimado, exsurge a legítima presunção de que as verbas não foram empregadas na execução do objeto dos convênios, motivo pelo qual o ex-gestor deve ser responsabilizado pela **restituição integral dos recursos efetivamente recebidos** aos cofres distritais, em harmonia com a Constituição Federal.

36. No que tange aos esclarecimentos oferecidos pelo Sr. **José Humberto Pires de Araújo**, ex-Secretário Estado de Governo do Distrito Federal (1.1.2007 a 2.12.2009), citado por ter sido designado (Portaria nº 163/2009, de 12.8.2009) para integrar o **Comitê Gestor** instituído para acompanhamento da execução dos Convênios nºs 10, 11, 12 e 13/2009 da SES/DF, os elementos constantes dos autos demonstram que apesar da formalização do colegiado, a tramitação do processo, a execução e os pagamentos relativos ao Convênio nº 12/2009 ocorreram **integralmente** no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do DF, **sem qualquer encaminhamento** de prestação de contas ou do relatório preliminar de auditoria que indicou impropriedades no âmbito dos convênios **ao Comitê Gestor**.

37. Registre-se que a mencionada Portaria só foi editada em

14

Disponível

em:

https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#/detalhamento/11/*NUMACORDAO:2363%20ANOA%20CORDAO:2018%20COLEGIADO:%22Segunda%20C%C3%A2mara%22/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/false/1 Acesso em: 14.6.2018.

¹⁵ Art. 13. Verificada irregularidade nas contas, o Relator ou o Tribunal:

§ 3º O responsável que não atender à citação ou à audiência será considerado revel pelo Tribunal, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



12.8.2009 (DODF de 17.8.2009), ou seja, após a liberação da parcela única do Convênio nº 10/2009 **em 13.5.2009** (R\$ 500.000,00) e das 3 primeiras parcelas do Convênio nº 11/2009, transferidas nas datas de **13.5.2009, 17.6.2009 e 16.7.2009** (R\$ 3.000.000,00), compondo o valor agregado de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais).

38. Demais disso, o referido Comitê Gestor não possuía funções de cunho executivo relacionadas aos convênios em tela. Estas cabiam diretamente ao Órgão Concedente, ou seja, a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

39. Diante dos fatos não procede a responsabilização do Sr. **José Humberto Pires de Araújo** pelas irregularidades consignadas neste processo, haja vista a ausência de configuração de dolo ou culpa, somada à fragilidade do nexos causal entre tais irregularidades e a conduta omissiva atribuída ao agente, que teria sido negligente enquanto membro do denominado Comitê Gestor no acompanhamento e fiscalização do Convênio nº 12/2009. Deve-se, portanto, dar **procedência** às suas alegações de defesa.

40. Situação distinta é verificada com relação ao Sr. **Augusto Silveira de Carvalho**. O responsável não apenas nomeou e integrou o referido colegiado na qualidade de seu Presidente, como também **foi um dos signatários** dos Convênios nºs 10/2009 e 11/2009, sendo titular, até **23.11.2009**, da Secretaria de Estado de Saúde do DF (Pasta na qual se deu toda a tramitação relativa aos convênios, conforme já exposto). Logo, durante período que abrange a liberação da parcela única do Convênio nº 10/2009 (13.5.2009) e das 5 primeiras parcelas do Convênio nº 11/2009 (13.5 a 5.11.2009), no valor total de R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais).

41. Pela posição que ocupava, pode ser atribuída ao ex-Secretário, Augusto Carvalho, **ao menos em parte**, a morosidade na instituição do Comitê Gestor (Portaria nº 163/2009 foi editada em **12.8.2009**, quando já haviam sido efetuadas 6 transferências, sendo a primeira em **13.5.2009**), a ausência de acompanhamento e a fiscalização mais efetiva sobre a execução dos convênios, fatores que poderiam ter evitado ou minorado o impacto das irregularidades identificadas.

42. Nesse sentido, também importa realçar as informações de que os outros integrantes designados pela Portaria nº 163/2009 para compor o mencionado Comitê, Srs. Cláudio Ferreira Campos Vieira e José Garcia Ribeiro Júnior, tentaram se inteirar dos problemas relativos aos convênios, mas não foram satisfatoriamente atendidos – o que os levou a solicitar dispensa do colegiado (fls. 178/179).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



43. Por outro lado, deve-se reconhecer a procedência da assertiva do defendente de que, na qualidade de Secretário de Estado de Saúde do DF, não lhe era possível **proceder pessoalmente** à fiscalização da execução dos diversos ajustes pactuados pela Secretaria.

44. Assim, em sintonia com o decidido no âmbito do Processo nº 19.943/11 (Decisão nº 4.421/17-CPM¹⁶), que versou sobre o Convênio nº 03/2007 firmado entre o Distrito Federal, o Estado de Goiás e o mesmo Município de Águas Lindas de Goiás, considera-se que deve ser dada procedência parcial à resposta do Sr. **Augusto Silveira de Carvalho**, aplicando-lhe a sanção de multa por grave infração à norma legal ou regulamentar prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94, em face da negligência no acompanhamento e fiscalização da execução dos acordos e da prestação de contas dos Convênios nºs 10/2009 e 11/2009, no patamar de 50% do valor máximo estipulado pela Portaria TCDF nº 399/16, ou seja, R\$ 17.391,30 (dezessete mil, trezentos e noventa e um reais e trinta centavos).

45. Em outra frente, não se constata a presença de fundamentos que justifiquem a imputação de **débito solidário** ao seu sucessor no cargo de Secretário de Estado de Saúde do DF, Sr. **Joaquim Carlos da Silva de Barros Neto (10.12.2009 a 9.6.2010)**, que foi chamado aos autos por **ter autorizado a liberação das 6ª, 7ª, 8ª e 9ª parcelas**, entre 19.1.2010 e 2.2.2010, no valor de R\$ 2.652.894,37 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais e trinta e sete centavos), sem que tivesse havido a necessária prestação de contas das primeiras parcelas do ajuste.

46. É inegável que a conduta do gestor contribuiu para a ocorrência do dano. No entanto, faz-se **mister** ponderar que, quando liberou os pagamentos (19.1.2010), havia recém-assumido o cargo de Secretário de Estado de Saúde do DF, o qual, como é notório, traz consigo enormes desafios e incontáveis afazeres.

47. Apesar de regularmente notificado, ante a sua inércia em atender ao chamamento da Corte para se manifestar, deve ser estendido ao Sr. **Joaquim Carlos da Silva de Barros Neto** o mesmo entendimento a ser firmado relativamente ao seu antecessor. Todavia, no que tange à aplicação

¹⁶ "O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] IV – aplicar, com fulcro no inciso II do art. 57 da Lei Complementar nº 1/94, aos Srs. Paulo César Carvalho Olivieri, Jaime Divino Alarcão e José Humberto Pires de Araújo, em razão da grave infração à norma legal e regulamentar verificada na execução do Convênio nº 003/07, a multa individual de R\$ 10.000,00 (dez mil reais); V – aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; VI – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências cabíveis. O Conselheiro RENATO RAINHA, deixou de atuar nos autos, por força do art. 153, § 1º, do RI/TCDF." (grifei).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



da multa, esta deverá ser fixada no patamar de 25% do valor máximo estipulado pela Portaria TCDF nº 399/16, ou seja, R\$ 8.695,65 (oito mil, seiscentos e noventa e cinco reais e sessenta e cinco centavos), em virtude da ausência de cuidado objetivo no desempenho de suas funções já no **período final** de execução dos Convênios nºs 10/2009-SES/DF e 11/2009-SES/DF.

48. Quanto à proposta do douto **Parquet**, de aplicação da penalidade de inabilitação para o cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública do Distrito Federal e/ou responsabilização dos gestores do Distrito Federal à **devolução solidária** dos recursos repassados ao Município de Águas Lindas de Goiás (R\$ 8.152.894,30, valor original), esta não se revela adequada, justa e razoável.

49. Por derradeiro, tendo em vista a publicação da Lei Complementar nº 163/18, de 14.6.2018, que incluiu 12 novos municípios na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride¹⁷, cumpre recomendar à Secretaria de Estado das Cidades¹⁸, à Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais e à Controladoria-Geral do DF que, doravante, adotem medidas concretas a fim de evitar a ocorrência de impropriedades em convênios futuros que certamente serão firmados no âmbito da Ride.

Desta forma, divergindo dos Pareceres, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento das alegações de defesa apresentadas:

a) pelo Sr. Augusto Silveira de Carvalho (fls. 157/175) para, no mérito, considerá-las parcialmente procedente;

b) pelo Sr. José Humberto Pires de Araújo (fls. 178/228) e pela representante legal da Prefeitura Municipal de Águas Lindas de Goiás (fls. 233/278) para, no mérito,

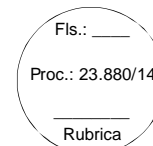
¹⁷ A Região Administrativa passou a ser constituída pelo Distrito Federal e por outros 33 municípios, a saber: Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d'Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício, no Estado de Goiás, e de Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí, no Estado de Minas Gerais.

¹⁸ Pasta competente para fomentar, no âmbito de sua competência, ações integradas e de desenvolvimento da Rede Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride, conforme determina o Decreto nº 37.625, de 15 de setembro de 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



considerá-las procedentes;

II. considere, com fulcro no artigo 13, § 3º, da Lei Complementar nº 1/94, os Srs. Geraldo Messias de Queiroz e Joaquim Carlos da Silva de Barros Neto revéis por não terem atendido ao chamamento da Corte (Decisão nº 6.342/16);

III. cientifique, com fulcro no artigo 13, § 1º, da Lei Complementar nº 1/94, o Sr. Geraldo Messias de Queiroz para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolha o débito no valor atualizado de R\$ 26.478.720,27 (em 16.11.2017), que deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos da Lei Complementar nº 435/01;

IV. aplique:

a) com fulcro no inciso II do art. 57 da Lei Complementar nº 1/94, ao Sr. Augusto Silveira de Carvalho, em razão de grave infração à norma legal e regulamentar verificada na execução dos Convênios nºs 010/2009-SES/DF e 011/2009-SES/DF, multa no valor de R\$ 17.391,30 (dezessete mil, trezentos e noventa e um reais e trinta centavos);

b) com fulcro no inciso II do art. 57 da Lei Complementar nº 1/94, ao Sr. Joaquim Carlos da Silva de Barros Neto, em razão de sua revelia e grave infração à norma legal e regulamentar verificada na execução do Convênio nº 011/2009-SES/DF, multa no valor de R\$ 8.695,65 (oito mil, seiscentos e noventa e cinco reais e sessenta e cinco centavos);

V. aprove, expeça e mande publicar os acórdãos que submeto à apreciação do colendo Plenário;

VI. recomende à Secretaria de Estado das Cidades, à Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais e à Controladoria-Geral do DF que, doravante, adotem medidas concretas a fim de evitar a ocorrência de impropriedades em convênios futuros que certamente serão firmados no âmbito da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



VII. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências cabíveis.

Sala das Sessões, 12 de julho de 2018.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Distribuição antecipada.

DIGITALIZADO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



ACÓRDÃO Nº ____/2018

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar eventuais prejuízos decorrentes da ausência de prestação de contas dos recursos repassados pelo Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde do DF, ao Município de Águas Lindas de Goiás, visando à reforma e ampliação para adequação da estrutura física do Hospital Municipal Bom Jesus (Convênio nº 010/2009-SES/DF) e o custeio de capacitação de pessoal, contratação de serviços, aquisição de material de consumo, equipamentos e material permanente necessário ao atendimento do Hospital Municipal de Águas Lindas de Goiás (Convênio nº 011/2009-SES/DF). Citação dos responsáveis. Procedência parcial das alegações de defesa. Grave infração à norma legal e regulamentar. Aplicação de multa.

Processo TCDF nº: 23.880/14

Nome: Augusto Silveira de Carvalho (Secretário de Estado de Saúde do DF e membro e Presidente do Comitê Gestor no período da celebração e do início da execução dos Convênios nºs 10/2009-SES/DF e 11/2009-SES/DF, além de ter sido um de seus signatários).

Órgão: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF

Relator: Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

Unidade Técnica: Secretaria de Contas – SECONT

Representante do Ministério Público: Procuradora CLAUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

Síntese de impropriedades/falhas apuradas: falha na fiscalização no âmbito dos Convênios nºs 10/2009-SES/DF e 11/2009-SES/DF, incorrendo em grave infração à norma legal e regulamentar.

Valor da multa aplicada ao responsável: R\$ 17.391,30 (dezessete mil, trezentos e noventa e um reais e trinta centavos).

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, aplicar ao responsável a multa acima indicada. Decorridos 30 (trinta) dias do seu conhecimento, a multa aplicada estará sujeita a atualização monetária até a data do seu efetivo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



pagamento, nos termos da Lei Complementar nº 435/2001 e Emenda Regimental nº 13/2003.

ATA da Sessão Ordinária nº _____ de 2018

Presentes os Conselheiros: _____

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s) _____

Representante do MP presente: Procurador(a) _____

ANILCÉIA MACHADO
PRESIDENTE

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
CONSELHEIRO-RELATOR

Fui presente:

Representante do MP

DIGITALIZADO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



ACÓRDÃO Nº ____/2018

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar eventuais prejuízos decorrentes da ausência de prestação de contas dos recursos repassados pelo Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde do DF, ao Município de Águas Lindas de Goiás, visando à reforma e ampliação para adequação da estrutura física do Hospital Municipal Bom Jesus (Convênio nº 010/2009-SES/DF) e o custeio de capacitação de pessoal, contratação de serviços, aquisição de material de consumo, equipamentos e material permanente necessário ao atendimento do Hospital Municipal de Águas Lindas de Goiás (Convênio nº 011/2009-SES/DF). Citação dos responsáveis. Procedência parcial das alegações de defesa. Grave infração à norma legal e regulamentar. Aplicação de multa.

Processo TCDF nº: 23.880/14

Nome: Joaquim Carlos da Silva de Barros Neto (Secretário de Estado de Saúde do DF no período final de execução dos Convênios nº 10/2009 e 11/2009).

Órgão: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF

Relator: Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

Unidade Técnica: Secretaria de Contas - SECONT

Representante do Ministério Público: Procuradora CLAUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

Síntese de impropriedades/falhas apuradas: falha na fiscalização no âmbito dos Convênios nºs 10/2009-SES/DF e 11/2009-SES/DF, incorrendo em grave infração à norma legal e regulamentar.

Valor da multa aplicada ao responsável: R\$ 8.695,65 (oito mil, seiscentos e noventa e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, aplicar ao responsável a multa acima indicada. Decorridos 30 (trinta) dias do seu conhecimento, a multa aplicada estará sujeita a atualização monetária até a data do seu efetivo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



pagamento, nos termos da Lei Complementar nº 435/2001 e Emenda Regimental nº 13/2003.

ATA da Sessão Ordinária nº _____ de 2018

Presentes os Conselheiros: _____

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s) _____

Representante do MP presente: Procurador(a) _____

ANILCÉIA MACHADO
PRESIDENTE

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
CONSELHEIRO-RELATOR

Fui presente:

Representante do MP

DIGITALIZADO